

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO.
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

NICOLE PINHEIRO BEZERRA

PATRIMÔNIO VIVO:

Narrativas do “habitar” no Centro Histórico de São Luís (Maranhão)

**SÃO LUÍS - MA
2018**

NICOLE PINHEIRO BEZERRA

PATRIMÔNIO VIVO:

Narrativas do “habitar” no Centro Histórico de São Luís (Maranhão)

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Ciências Sociais, pela Universidade Federal do Maranhão - UFMA como requisito para obtenção do título de licenciada no curso de licenciatura em Ciências Sociais.

Orientadora: Prof^a Dr^a Elisa Maria dos Anjos

SÃO LUÍS - MA

2018

NICOLE PINHEIRO BEZERRA

PATRIMÔNIO VIVO:

Narrativas do “habitar” no Centro Histórico de São Luís (Maranhão)

Monografia apresentada ao Curso de Graduação e Licenciatura e Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão, em cumprimento das exigências para obtenção do Título de Licenciada e Ciências Sociais.

Aprovada em ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

**Profª Drª Elisa Maria dos Anjos (Orientadora).
Doutora em Memória Social - DESOC/UFMA**

**Profª Drª Martina Ahlert.
Doutora em Antropologia Social – DESOC/UFMA**

**Prof Dr Luiz Alberto Alves Couceiro.
Doutor em Sociologia e Antropologia – DESOC/UFMA**

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, Raquel e Josemar, que sob tantas dificuldades brotaram o meu eu que enlameado resiste.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Raquel Pinheiro Bezerra e Josemar Antonio Bezerra, que antes de tudo me incentivaram e me apoiaram em todas as dificuldades e minha irmã Karen Pinheiro Bezerra pelos ensinamentos. A Emily Puigseck por me matricular nesta universidade e dar apoio sem me conhecer. Ao Felipe Felix por me adotar como irmã e apresentar a cidade. A Josemiro, Daniel e Rômulo assim como todo “Movimento Eu Quero uma Casa no Campus” por me abrigarem e me apresentarem essa luta. A Ellen Seba por me adotar como filha. Ao Romildo Sousa Junior (Bigorna) por compartilhar comigo sua vida, amor e família. A Dona Elza Cristina Santos Sousa, Romilson Santos Sousa, Maria da Conceição Ferreira de Sousa (*in memorian*) e toda sua família por me adotarem e cuidarem de mim. As minhas colegas de quarto Karem Izabella Neves Moura e Isamara Thayane Peres da Silva por me escutarem, cuidarem e compartilharem suas vidas comigo. Aos amores Paulo Paixão, Hemerson Herberth e Denise Costa pelos momentos de amizade, amor, tretas e aflições. Ao João Rafael pela amizade sincera. A Lara Matos, Myla Araújo e Jessica dos Anjos por criarem laços de apoio e amor e compartilharem projetos. Aos amigos paulistas Luiz Netto, Marcela Cabral, Fernanda Martins, Marina Yoshimura e Sinara Rodrigues por permanecerem, mesmo de longe, no meu coração. Aos professores Madian Frazão, Horácio Antunes, Rejane Valvano, Luiz Couceiro, Martina Ahlerth e outros tantos que me ajudaram a enxergar o mundo com paciência. A CAPES e FAPEMA pelas oportunidades de colocar o aprendizado em prática através dos programas PIBID e PIBIC. A minha orientadora Elisa dos Anjos por me acompanhar nesse processo de finalização de curso. Aos amigos do Ocupa Minc MA por compartilharem a luta, em especial Diego Pires por todo o companheirismo. Ao Centro Histórico de São Luís por me abrigar em toda sua encantaria e às pessoas que nele constroem seus modos de vida, em especial Dona Dijé, Denis e os amigos do grupo “Habitar para Preservar”, Reylton Rosa, Cintia Nogueira, Helena Galiza, Ivanilde Silva, Cesar Chaves e Marluce. Aos demais amigos da UFMA, em especial Diamantino Alves, Thayná Rosa, Stephany Pinho, Cellyna Paixão, Francisco Barros, Mateus da Silva, entre tantos outros que compartilharam essa caminhada. Ao Rapaz, meu gato, por me propiciar saúde mental e carinhos. Ao Pai Junior de Navê por me aconselhar e me iluminar quando estava perdida. Aos Voduns, Orixás e Caboclos, Oxalá, minha Iabá Nanã e meu pai Obaluaê por me guiarem em direção ao meu Odu, me darem energia e paciência para seguir em frente. Enfim, a tod@s que me acompanharam em minha graduação e com esta pesquisa, que esses laços permaneçam atados apesar do tempo.

RESUMO

Esta pesquisa científica se propõe fazer uma análise das narrativas de habitabilidade e permanência dos *moradores* do Centro Histórico da cidade de São Luís, no estado do Maranhão. A partir de diálogos com a Antropologia Urbana, o trabalho propõe uma discussão sobre habitação, modos de vida, vínculos sociais e Estado, analisando os sentidos e práticas desses moradores sobre sua persistência e, nesse sentido, resistência neste espaço principalmente após os processos de expansão da cidade na década de 1970. Dessa forma, a pesquisa intenta expor as narrativas desses *moradores* na luta por moradia popular, em que as percepções sobre “Moradia/Habitar”; “Abandono” do poder público; e Presença de criminalidade, conectam-se em um discurso que reivindica a legitimidade da sua permanência em seu espaço de “moradia”, e expõem os encontros e desencontros que os próprios moradores constroem sobre si, evidenciando a complexidade de suas relações e sua heterogeneidade para além do espaço físico. Utilizei como metodologia a etnografia.

Palavras-chave: Centro Histórico. Habitação. Antropologia Urbana. Patrimônio.

ABSTRACT

This scientific research proposes to analyse the narratives official residentness and permanence of the residents of the centro histórico of the city of São Luís, in the state of Maranhão. Starts at dialogues with urban anthropology, the paper proposes to open a discussion about habitation, ways of living, social bonds and State, analysing the meaning and practices of this residents about their persistence and, in this way, resistance in that neighborhood, mainly, after the processes of expansion of the city in the decade of 1970. That way, the research undertake expose the narratives of the residents in the fight for popular housing, in that the perceptions about "to live, to habitat", "abandonment" of public power; and presence of criminality, connect in a discourse that reinvent the legitimacy of the permanency in the space of living, and the exposes the meetings and disagreements that the own residents controls about themselves, evidencing the complexity of their relationships and the heterogeneity beyond the physical space. I utilized ethnography as methodology.

Keywords: Centro Histórico. Habitation. Urban Anthropology. Patrimony.

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Mapa esquemático mostrando as saídas do Centro Histórico para as várias áreas de expansão urbana.....	27
Figura 2 - Mapa delimitando o limite de bairros do Centro Antigo.....	28
Figura 3 - Mapa delimitando área atual do bairro do Desterro	30
Figura 4 – Pixo em parede localizada no bairro da Praia Grande	36
Figura 5 – Largo do Desterro	38
Quadro 1- Dados dos entrevistados	41
Quadro 2 - Dados dos entrevistados	42
Figura 6 – Pixo em janela interditada no bairro da Praia Grande.....	46
Gráfico 1- Número de domicílios particulares permanentes - 2000, 2007, 2010	47
Gráfico 2- Número de residentes em domicílios particulares permanentes - 2000, 2007, 2010	48
Figura 6 – Mapa delimitando a Região de cima do bairro do Desterro	54
Figura 7 – Mapa delimitando a Região do Desterro do bairro do Desterro	55
Figura 8 – Mapa delimitando a Região Interdita do bairro do Desterro	55

LISTA DE SIGLAS

APROSMA - Associação das Profissionais do Sexo do Maranhão

CHSL - Centro Histórico de São Luís

DAC - Departamento de Assuntos Culturais da UFMA

DPP - Domicílios Particulares Permanentes

FAPEMA - Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão

FAU - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

HIS - Habitação de Interesse Social

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

LURAGB - Lar Universitário Rosa Amélia Bogéa

PIBIC - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

PPRCHSL - Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís

UEMA - Universidade Estadual do Maranhão

UFMA - Universidade Federal do Maranhão

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

ZBM - Zona do Baixo Meretrício

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
1.1. Questões metodológicas	11
1.2. Inserção no campo	13
1.3. Relevância teórica e organização da pesquisa	16
2. CAPÍTULO 1: AS CONCEPÇÕES DE CIDADE E SUAS TRANSFORMAÇÕES ...	19
2.1. Cidades e Centros brasileiros	19
2.2. A construção do Centro Histórico de São Luís	23
2.3. Centro Histórico, Desterro e Praia Grande e suas fronteiras	28
3. CAPÍTULO 2: NARRATIVAS, FLUXOS, ENCONTROS E IMPRESSÕES	35
3.1. Cenários e cotidianos em perspectiva.....	35
3.1.1. Praia Grande	36
3.1.2. Desterro.....	38
3.2. O Patrimônio Vivo	40
3.3. O problema da habitação	46
4. CAPÍTULO 3: AS NARRATIVAS DE PERMANÊNCIA	52
4.1. Quem é “de fora” e quem é “de dentro”?	52
4.2. “O resto, que caia!”: Desencontros entre Estado e “morador”	57
4.3. A fala do crime	60
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	64
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	64
APÊNDICE	69

1. INTRODUÇÃO

A pesquisa a partir da qual escrevo esta monografia pretendeu analisar percepções, práticas e sentidos de parte dos “moradores” do Centro Histórico da cidade de São Luís no Maranhão sobre seus modos de vida, que expõem a relação com o espaço e a luta por moradia popular, em que as percepções sobre (1) “Moradia/Habitar”; (2) “Abandono” do poder público; e (3) Presença de criminalidade, se conectam em um discurso que reivindica a legitimidade da permanência desse grupo em seu espaço de “moradia”.

Essa região da cidade é composta por onze bairros e é reconhecida como Patrimônio da Humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) desde 1997, sendo considerado um dos maiores centros tombados da América Latina. Diante da extensão dessa área, esta pesquisa enfoca os bairros da Praia Grande e Desterro que constituem o núcleo histórico inicial da cidade e comportam uma estrutura arquitetônica do século XVIII, mas que vem sofrendo diversas transformações no que diz respeito à sua função – comercial, residencial, boêmia, etc - e visibilidade na sociedade maranhense (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS, 2005).

Os centros históricos sempre chamaram minha atenção pelas suas características e pela circulação de pessoas de grupos sociais distintos, acreditava que nas ruas adjacentes ao chamado “reviver”¹ - referência de caráter boêmio em São Luís -, as relações e percepções de mundo eram diferentes das minhas e eu gostaria de compreendê-las.

1.1. Questões metodológicas

Esta pesquisa teve como base o método etnográfico característico das investigações da Antropologia Social. A etnografia é a descrição analítica, teórica e prática da antropologia social, onde o objeto é construído pelo pesquisador através de leituras da realidade, diante do que foi escrito sobre ela, da interação do pesquisador com essa realidade e do que ele pode viver dela (PEIRANO,2014). Parte da construção de uma ciência que se apoia no concreto, o pesquisador deve-se utilizar do método etnográfico para interação e construção do seu objeto

¹ O Projeto Reviver buscou revitalizar e recuperar o conjunto arquitetônico do Centro Histórico de São Luís entre os anos de 1987 e 1991 se concentrando no bairro da Praia Grande, o Projeto tomou grande visibilidade por possibilitar a restauração de importantes construções históricas como a Igreja da Sé e o Palácio Episcopal. A marca Reviver ficou popularmente conhecida dando nome a parte do bairro da Praia Grande que hoje é referência boêmia na cidade (ANDRÈS,2006) .

de estudo que comporta tipos de relações sociais e necessita da interação com pessoas combatendo “os males da quantificação” (FONSECA, 1999).

Ao se tratar de um universo como o Centro Histórico de São Luís, é preciso levar em conta as discussões do método etnográfico na Antropologia Urbana. Gilberto Velho (1978) argumenta que ter familiaridade com situações, pessoas, fatos e lugares não é o mesmo do que conhecê-los, pois, em um contexto de pesquisa, se trata de outra ordem de significados sugerindo o esforço do pesquisador de aproximação e distanciamento na procura por esse conhecimento, criando pontes entre a tradição antropológica e a produção de conhecimento sobre a sociedade da qual fazemos parte.

Magnani (2002) sugere uma antropologia urbana caracterizada pelo olhar “de perto e de dentro” a partir dos arranjos dos próprios atores sociais; de forma a perceber um cenário como parte constitutiva do recorte da análise e seus atores sociais, os grupos e as práticas encontradas na cidade. Para esse autor a etnografia é um método antropológico e não uma técnica, ela é “antes um modo de acercamento e apreensão do que um conjunto de procedimentos” (MAGNANI, 2002, p.17). Não é a obsessão por detalhes que a caracteriza, mas a análise dos mesmos, permitindo entendimento dos fragmentos. A etnografia se utiliza de várias técnicas que perpassam a observação participante, entrevistas e registros. Magnani (2002) e Velho (1978) ajudam a pensar na importância das cidades como campo de pesquisa antropológica e, dessa forma, contribuem para a discussão sobre antropologia urbana no Brasil.

Seguindo as premissas desses autores, construí minha pesquisa utilizando de observação participante, característica do método etnográfico para acompanhar a dinâmica do espaço e dos sujeitos envolvidos, e a realização de entrevistas com roteiro semiestruturado (BOURDIEU, 1997) que foram gravadas quando autorizadas pelos interlocutores. Utilizei dessas metodologias em três momentos distintos da minha graduação: (1) minhas experiências pessoais no Centro Histórico (em visita ou morada) que propiciou estranhamento e adaptação ao lugar; (2) minha Bolsa Iniciação Científica PIBIC- Enxoval² entre os anos de 2016 e 2017 no projeto de pesquisa "Sentidos e práticas do "habitar" no Centro Histórico de São Luís (Maranhão)", financiado por intermédio do Edital 006/2015, da Fundação de

² A Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) oferece uma “chamada interna de apoio aos docentes recém-doutores e doutores recém-contratados” para incentivar o desenvolvimento de projetos de pesquisa dentre esses docentes. Uma das disponibilidades dessa chamada de apoio propõe a distribuição de kits enxoval, distribuídos entre as áreas de conhecimento do campus, que conferem ao professor doutor selecionado a aquisição de um notebook, uma impressora e uma bolsa de Iniciação Científica da UFMA vinculada ao projeto apresentado pelo professor.

Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA)³; (3) meus campos específicos para essa pesquisa que ocorreram entre o ano de 2017 e a primeira metade de 2018.

1.2. Inserção no campo

Cheguei a São Luís na segunda metade de 2013 quando entrei na Universidade, e passei a morar no Lar Universitário Rosa Amélia Bogéa (LURAGB), antiga Residência Universitária feminina da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) que estava situada em um casarão na Rua Humberto de Campos no bairro da Praia Grande - Centro Histórico de São Luís onde residiam pelo menos 30 mulheres oriundas do interior do estado, de outras partes do país e até mesmo estrangeiras que faziam parte do corpo estudantil da UFMA. Ali residi durante meus primeiros sete meses em São Luís, quando em virtude do sucesso de uma reivindicação de luta estudantil⁴ a Residência Universitária dentro da Cidade Universitária foi entregue e o antigo LURAGB se transformou em sede do Departamento de Assuntos Culturais (DAC) da UFMA.

Em minha primeira disciplina sobre métodos e práticas de pesquisa o professor Dr. Luiz Couceiro nos deu instruções de que deveríamos pesquisar o que nos angustia, com o tempo percebi que a “angústia” de que ele falava era nada mais do que o ato de “estranhar” que nos apresenta o objeto da pesquisa, foi nesse período no Centro Histórico de São Luís que iniciei esse processo. O estranhamento (FONSECA, 1999) é a primeira das cinco etapas do “método etnográfico” que promove a passagem entre a experiência de campo e as interpretações analíticas. Claro que ainda no início da graduação aquela experiência era individual e não estava vinculada a nenhuma intenção de pesquisa, mas acredito que minhas experiências pessoais contribuíram para o processo de construção e análise do meu objeto de pesquisa e por isso as considero, no decorrer deste trabalho, como parte da minha metodologia de pesquisa. Peirano (2014) sugere que é no ato de estranhar que surge a reflexão fundamental de nossa pesquisa, pois nele acabamos surpreendidos e/ou intrigados por uma realidade que nos é apresentada em relação à outra que já nos é familiar. Ora, foi exatamente isso que me foi

³ Coordenado pela professora Dra. Martina Ahlert, tendo como membros da equipe Gabriela Lages Gonçalves, Bruna Regina Trindade Azevedo, Emmanuele Mader, Edilson de Jesus Sá e Anna Christina Nunes Araújo.

⁴ Sobre o processo de transferência das Residências Universitárias do Centro Histórico ver: “Em protesto, estudante fica acorrentado a prédio na UFMA” - disponível em <http://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2013/11/em-protesto-estudante-se-acorrenta-predio-na-ufma.html>; “Estudantes da Casa Estudantil Feminina se mudaram ontem”, em: <http://portais.ufma.br/PortalUfma/paginas/noticias/noticia.jsf?id=43250>. Acesso em 12 de abril de 2018.

proposto naquele momento, como moradora de uma Residência Universitária era percebida pelos moradores do bairro como alguém de fora, mas ainda assim podia observar situações de dentro⁵.

Mas quais eram essas situações que me eram apresentadas em forma de estranhamento? Assim que cheguei a São Luís, no feriado de 7 de setembro, notei que o Centro Histórico era esvaziado em feriados e fins de semana e muito movimentado nos dias úteis. Para essa percepção a resposta mais plausível naquele momento (possibilitada pelo meu senso comum) era baseada nos meus conhecimentos sobre o centro velho de São Paulo (minha cidade natal): estritamente comercial, turístico e boêmio, não residencial. A existência de depredação em alguns prédios confirmava essa ideia, e, mais uma vez procurando respostas sobre paisagens já familiares, deduzi que esse “abandono” visual proposto pelo esvaziamento e depredação do patrimônio era também um indicativo de violência.

De fato, as pessoas oriundas de outros bairros e até mesmo as moradoras do Lar Universitário me alertavam que o Centro Histórico era muito perigoso e meus colegas de turma me acompanhavam até em casa depois das aulas para que eu não andasse à noite sozinha pelas ruas. A percepção daquele território para as pessoas que não viviam naquele espaço parecia sustentar esse estereótipo.

Minhas percepções sobre o espaço só começaram a mudar quando comecei um romance com um morador da Praia Grande e notei que havia uma dicotomia entre as visões de quem frequentava (por prazer e/ou trabalho) o CHSL e quem residia ali. Essa quebra de visões ocorreu em um momento específico quando ao sair pela madrugada acompanhada por ele sentamos em uma praça deserta e fomos assaltados por dois homens armados com faca. Como eu estava sem nenhum pertence não me levaram nada, mas dele levaram o celular.

Assim que os homens foram embora ele me levou até em casa e seguiu para sua. Eu entendi que ele estava abalado e por isso tinha tanta pressa em ir para casa, mas, para minha surpresa, dez ou vinte minutos mais tarde recebi uma ligação dele, que falava do seu próprio aparelho, me avisando de que quando chegou em casa seu irmão já tinha recuperado seu celular. Não entendi a situação de início, pois ainda não tínhamos avisado a ninguém do assalto, “como o irmão dele descobriu o ocorrido e ainda conseguiu recuperar o aparelho?”.

⁵ Ver Velho (2011). Velho chama esse tipo de trabalho científico de *Anthropology at home*, em que o universo social pesquisado é de uma forma ou de outra, parte de si também morador.

Ele me explicou que os assaltantes costumam ir à *Zona*⁶ para vender os objetos roubados (por esse motivo ele estava tão apressado para voltar pra casa, pois tinha a intenção de encontrar os assaltantes na *Zona*), e como eles moravam perto daquela área o irmão dele viu e deduziu que aquele fosse o seu celular e questionou os assaltantes por terem assaltado gente da *área*⁷, os mesmos devolveram o celular e saíram fugidos do lugar. O que antes parecia confuso agora era óbvio: as práticas se modificam conforme os atores.

Como consequência do romance passei a participar bastante das práticas dos moradores e com o tempo passei a ser conhecida na área, já não tinha receio de andar pelas ruas de madrugada e conhecia o espaço.

No final de 2015, quando já compartilhava de um pertencimento pela área, passei por um episódio parecido com o que expus anteriormente: já pela madrugada de uma quinta-feira, saía com um amigo da *Vida é Uma Festa*⁸ quando fomos assaltados por dois homens armados que levaram meu celular e saíram fugidos em direção à *Zona*. Inconscientemente sai correndo atrás deles na tentativa de avisar alguém da *área* que eles tinham me assaltado. Na época estava morando provisoriamente na casa do meu então ex-namorado e sua família que ainda moravam ali perto. Avisei-os do ocorrido e fomos até a *Zona* questionar o assalto.

Já na *Zona* reclamamos sobre o ocorrido e me foi garantido que a situação seria resolvida - “Pode ficar tranquila, moça! Amanhã seu celular vai tá na tua mão. Se não esse, um melhor ainda...”. Dois dias depois a promessa foi cumprida, me mandaram ir até a *Zona* para buscar meu novo celular e receber um pedido de desculpas, passados alguns dias o assaltante foi até a casa que eu estava morando para se desculpar, tinha *levado uma pisa da galera da Zona*⁹ e precisava sumir por um tempo, pois estava *queimado na área*¹⁰ por assaltar moradores.

Ainda que não percebesse no momento, minha condição naquele espaço social tinha sido afetada desde que cheguei a São Luís, de forma que, minhas práticas e sentidos se confundiam com as dos que já moravam ali há mais tempo, a tal ponto que meu estranhamento inicial sobre essas mesmas práticas já não eram lembrados.

⁶ *Zona*: Extensão do bairro do Desterro que costuma abrigar a “Zona do Baixo Meretrício” que apesar ter se dissolvido ainda dá nome ao lugar. Na *zona* existem pontos de tráfico de drogas e, por isso é um ponto propício para venda de objetos roubados.

⁷ *Área*: termo utilizado para denominar quem é considerado parte o lugar (moradores, conhecido, etc)

⁸ *A Vida é Uma Festa*: Um projeto cultural que acontece toda quinta-feira no antigo Teatro dos Bonecos que fica no Beco dos Catraeiros e promove shows de artistas locais na rua.

⁹ *Levar uma pisa*: Receber uma bronca.

¹⁰ *Queimado na área*: Má reputação.

Em abril de 2016, surgiu a oportunidade de participar do Projeto de Pesquisa Científica “Sentidos e Práticas do ‘Habitar’ no Centro Histórico de São Luís (Maranhão)”, na oportunidade pude ter uma ideia de prática de pesquisa na área das Ciências Sociais e enxergar as transformações do meu olhar sobre o território do CHSL desde que cheguei à cidade.

Minha familiaridade com o lugar dificultou bastante meu desenvolvimento nos campos da pesquisa, uma vez que eu era reconhecida por alguns dos interlocutores. Esse fato se refletia em meus questionamentos - um pouco restritos, pois estava preocupada em não ferir suscetibilidades - e também na qualidade da análise crítica de algumas observações.

A compreensão da importância desses campos de pesquisa surgiram com a análise e distanciamento dos mesmos, o que Fonseca (1999) intitula como as fases de “esquematização” e “desconstrução” do método etnográfico que marcam a passagem da experiência de campo para as interpretações analíticas da pesquisa, foi nessas fases que percebi a relevância das anotações, gravações e diários de campo. Nesse processo analisei não apenas as ligações e percepções dos moradores do CHSL, mas também a minha relação com o mesmo, o que me trouxe um inquietamento sobre a presença da criminalidade no lugar.

Diante disso, criei um recorte de pesquisa que pretendia pensar formas de relação e percepção dos moradores desses bairros sobre crime, mas, como explicarei no decorrer do trabalho, esse recorte sofreu modificações durante a pesquisa, à medida que meus interlocutores sugeriam conflitos entre o déficit habitacional e falta de políticas públicas e a presença da criminalidade na área.

1.3. Relevância teórica e organização da pesquisa

A antropologia urbana caracteriza o estudo de sociedades complexas moderno-contemporâneas (VELHO, 2011). Suas primeiras discussões compreendiam estudos dispostos a compreender as especificidades da sociedade moderna – uma concepção de cultura que tratava a cidade como “uma variável independente”, distinta de outros modelos de sociedade.

Essas perspectivas teóricas também eram marcadas por uma ideologia de intervenções “pragmáticas” nos chamados “problemas urbanos” repleta de projetos de políticas públicas e programas influenciados por fundações filantrópicas na busca pela resolução desses supostos “problemas”. Esse quadro trouxe à tona uma variedade de pesquisas etnográficas em campos

como os de marginalidade, criminalidade, segregação étnica, entre outros estudos sobre as várias formas de interação nos espaços públicos, caracterizados por um tipo de “organização” ou “ordenação” que pressupunham a diversidade do contexto urbano permitindo uma leitura diferente da cidade que iam além da ideia de “desorganização” dando espaço à “diversidade”. (FRÚGOLI, 2005)

O Centro Histórico de São Luís compreende o eixo inicial da capital que se desenvolveu no século XVII e ganhou grande relevância nos pólos de comércio, moradia e trabalho portuário (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS, 2005). Com a expansão territorial da cidade e sua modernização urbana (ANDRÈS, 2012) o Centro Histórico perde importância modificando seus pólos, circulação e edificações.

Com o reconhecimento de Patrimônio da Humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e o tombamento de grande parte de suas edificações, surgem projetos e literaturas que visam a revitalização e ocupação da área, movimentos culturais neles existentes e sua história. No entanto, não há muitas produções que discutam os sentidos, sentimentos e juízos que circundam os moradores da área, fato que, além de despertar meu interesse acadêmico, propiciou, a posteriori, o desenvolvimento do presente trabalho.

As Ciências Sociais se preocupam em entender as relações que os indivíduos estabelecem entre si, uma vez que nessa relação elaboram-se regras para determinar o comportamento desses indivíduos e, nesse movimento, atitudes e grupos que se identificam com as mesmas são, por sua vez, criados para responder a essas necessidades. A compreensão que tais movimentos estabelecem é a tarefa necessária para o entendimento rico e sutil da sociedade. Perceber que a sociedade em questão é repleta de visões de mundo, identidades e moralidades distintas é interpretar a realidade fragmentada, característica das sociedades complexas moderno-contemporâneas.

Investigar as percepções dos moradores sobre problemáticas como criminalidade, moradia e presença de entidades políticas nos bairros do Desterro e Praia Grande pode contribuir para reconhecer a subjetividade dessas relações sobre as identidades dos indivíduos e seus grupos, levando em conta suas histórias, emoções, desejos e afetos importantes em sua dimensão sociocultural; identificando as aparências, esclarecendo a fundo a importância da vida simbólica (VELHO, 2011). A compreensão de como se constituem essas aparências contribuem para a criação e o aprimoramento de instituições, programas sociais, políticas públicas e resistências culturais engajadas nesse contexto.

Diante disso, é preciso compreender os sentimentos, juízos e sentidos que os interlocutores nutrem sobre crime, segurança e moradia, ajustando encontros e desencontros entre suas percepções e a historicidade da área pesquisada.

Para o desenvolvimento do presente trabalho, organizamos a apresentação desta monografia em três capítulos: O **primeiro capítulo** é um resgate histórico das noções de cidade e dos processos de urbanização que transformaram os modos de vida nos grandes centros do Brasil e do mundo, assim faço um paralelo dos processos de urbanização no Brasil com os processos de expansão da cidade de São Luís a partir da década de 1970 em que o Centro Histórico da cidade sofre transformações arquitetônicas, econômicas e sociais. O **segundo capítulo** trata da inserção no campo e da apresentação dos espaços estudados, nele busco retratar o cotidiano desses interlocutores e familiarizar o leitor com suas narrativas onde os conceitos de “morador” e “pertencimento” são expostos a medida que inserem os discursos sobre o “problema da moradia”. No **terceiro capítulo** aciono a narrativa desses “moradores” para analisar os sentidos que estes conferem as ideias de ser “de dentro” e ser “de fora” em que as fronteiras sociais se definem, seus encontros e desencontros com o Estado, e seus discursos de permanência no seu espaço de “moradia”. Lembro que os nomes de todas as interlocutoras e interlocutores foram alterados por nomes fictícios, a fim de evitar constrangimentos ou qualquer exposição desnecessária.

2. CAPÍTULO 1: AS CONCEPÇÕES DE CIDADE E SUAS TRANSFORMAÇÕES

Neste capítulo analiso as discussões históricas sobre os processos de urbanização e a transformação dos ideais de cidade e da noção de habitação principalmente no centro das cidades que tendem a sofrer um processo de descentralização com a expansão territorial dessas cidades. Em seguida me empenho em expor, a partir de Andrès (2006; 2012) e Cardoso (2012) como foram os processos de construção e expansão da cidade de São Luís, ressaltando os processos de transformação do centro da cidade, desde de seu auge econômico, perpassando pelos esforços de descentralizando, e sua função turística. Por fim, analiso a partir de Silva (2005), os impactos dos processos de expansão da cidade de São Luís nas formas de sociabilidade contidas no Centro Histórico de São Luís até o início do século XXI, em que são delimitadas fronteiras físicas e sociais entre os bairros do Desterro e Praia Grande.

2.1. Cidades e Centros brasileiros

Pensar em cidade, no seu sentido mais popular, é pensar numa área densamente povoada e heterogênea, um espaço urbano, que agrupa tanto zonas residenciais, quanto zonas comerciais e industriais. A cidade é uma construção coletiva, guardando histórias de povos distintos, materializando relações sociais, econômicas, políticas e religiosas (BRASIL, 2002).

Durante o processo de aprendizagem na educação básica, no Ensino Médio escolar nos propõem como um dos primeiros modelos de cidade as chamadas Cidades-Estado gregas (Pólis). Essas cidades tinham uma organização social complexa, eram autossuficientes criando leis, organizações sociais, econômicas e políticas próprias e impulsionaram o surgimento da propriedade privada. Com sua total autonomia e poder essas cidades se tornaram referência na nossa visão de democracia, pois pela primeira vez aplicavam a práxis de um governo do povo para o povo com participação real nos processos decisórios na esfera política.¹¹ A cidade grega seria então a **cidade cósmica**: harmônica, regular e integrada.

As cidades existem porque há necessidade de viver socialmente, de se organizar em torno de um bem-estar comum, de produzir e trocar bens e serviços, mas com o passar do

¹¹ Existiam sub-grupos dentro da população, como mulheres, crianças, estrangeiros e escravos que estavam aliados desse processo. Mas estamos fazendo referência a cinco ou seis séculos antes da era Cristã e, portanto, não cabe um posicionamento anacrônico que desmereça a presença da primeira experiência de democracia.

tempo essas relações sofrem modificações de acordo com o crescimento da população em áreas urbanas e com a chegada da “sociedade da máquina”:

O século XIX abria uma era de cálculo, de ciência experimental e aplicada. As máquinas surgiram em massa; seu número cresceu de tal modo que tumultuaram e modificaram os costumes; a economia, a sociologia, a seguir, não pararam de sofrer transformações cada vez mais profundas, sinais prenunciadores de perturbações decisivas. (LE CORBUSIER, 1971, p. 25)

Com o surgimento da fábrica enquanto principal unidade produtiva e a complexidade da divisão técnica e social do trabalho a cidade se modifica concentrando meios de produção e forças produtivas num só lugar, as cidades industriais recebem cada vez mais migrações e as condições para reprodução dessas forças de trabalho exigem serviços de habitação, saúde, segurança, alimentação, lazer, comunicação, estruturas urbanas, etc. Por outro lado, os meios de produção também exigem condições necessárias para sua reprodução, como transporte, comunicação, energia, escritórios, saneamentos, bancos, unidades de distribuição, etc. (SILVA E SILVA, 1989) Surgem assim as grandes cidades industriais, complexas e densas, onde o processo produtivo do sistema capitalista se configura num espaço de distintas classes sociais, palco de um permanente confronto de interesses sócio-políticos.

Silva e Silva (1989) considera que essa sociedade de máquina, onde o consumo sai da esfera familiar para um aglomerado espacial é a grande contradição do urbano, “o espaço é cada vez mais socializado e a apropriação do produto da cidade é, no geral, privada, prevalecendo a força econômica e política”(p. 23). A grande cidade industrial seria então a **cidade caótica**: desordenada e densa.

O lugar público deixa assim de ser o lugar comum; deixa de ser o lugar dos homens para dar espaço, mais e mais ao lugar como o lugar das coisas. Lugar da e de produção, de circulação, de mercantilização e de consumo.(...)A burocracia ocupa o lugar comum, o lugar da polis, o lugar do cosmos. Enquanto espaço da política, esvaziando os sentidos de comunidade e delimitando a exterioridade das coisas, a objetividade da produção, e se tornando como que o sentido da experiência para os indivíduos envolvidos. (KOURY, 2017, p. 23-25)

Esse caos é bem caracterizado por Engels (2010) no livro *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra* publicado pela primeira vez em 1845, considerado fundamental para o estudo da urbanização no sistema capitalista, quando descreve Londres como um "espelho" ou "tipo ideal" de processo de transformação do espaço e da mentalidade construída no bojo dessas relações que se estabelecem

Depois de pisarmos, por uns quantos dias, as pedras das ruas principais, depois de passar a custo pela multidão, entre as filas intermináveis de veículos e carroças, depois de visitar os “bairros de má fama” desta metrópole – só então começamos a notar que esses londrinos tiveram de sacrificar a melhor parte de sua condição de homens para realizar todos esses milagres da civilização de que é pródiga a cidade, só então começamos a notar que mil forças neles latentes permaneceram inativas e foram asfixiadas para que só algumas pudessem desenvolver-se mais e multiplicar-se mediante a união com as de outros. Até mesmo a multidão que se movimentava pelas ruas tem qualquer coisa de repugnante, que revolta a natureza humana. [...] Essa indiferença brutal, esse insensível isolamento de cada um no terreno de seu interesse pessoal é tanto mais repugnante e chocante quanto maior é o número desses indivíduos confinados nesse espaço limitado; e mesmo que saibamos que esse isolamento do indivíduo, esse mesquinho egoísmo, constitui em toda a parte o princípio fundamental da nossa sociedade moderna, em lugar nenhum ele se manifesta de modo tão impudente e claro como na confusão da grande cidade. (ENGELS, 2010, p. 67-68)

No Brasil essa urbanização foi ligeira, e ainda que não fosse fruto apenas do processo de industrialização¹², teve início na década de 1950 e se intensificou nas décadas seguintes com os processos de industrialização¹³. Entre as décadas de 1960 e 1970 a população brasileira experimentou uma mudança social acentuada fruto de um êxodo rural profundo. “Enquanto em 1960, a população urbana representava 44,7% da população total – contra 55,3% de população rural – dez anos depois essa relação se inverteu, com números quase idênticos: 55,9% de população urbana e 44,1% de população rural”. A população também crescia com velocidade, entre os anos de 1960 e 1996 a população urbana aumentou de 31 milhões para 137 milhões, já na virada do século 81,2% da população brasileira vivia em cidades (BRASIL, 2002, p. 23).

Nesse sentido, a cidade é cada vez mais povoada por gente em busca de melhores condições de vida, e nesse processo, esses indivíduos, muitas vezes, tornam-se alvo de mais exploração levando-os a uma situação de miséria. Na cidade, onde tudo potencialmente pode tornar-se mercadoria, a habitação é questão fundamental que explicita as contradições que são criadas no espaço urbano, onde o “encontro do diverso” imperava. Hoje, entretanto, parece prevalecer apenas a reprodução das desigualdades sociais, em que a disposição espacial e social da cidade define quem deve ter acesso ao solo mais caro que dispõe também dos melhores serviços públicos. Se a “sociedade de máquina” é condicionada pela expansão do capital, não é muito difícil imaginar como será a disposição deste solo:

¹² Ver SILVA E SILVA, Maria Ozanira da. “A Constituição do Urbano no Brasil”. In: **Política Habitacional Brasileira**: Verso e Reverso. São Paulo: Cortez, 1989, p. 21-27.

¹³ Me refiro ao processo de urbanização que se intensificou com o processo de industrialização na década de 1950.

Todas as grandes cidades têm um ou vários “bairros de má fama” onde se concentra a classe operária. É certo ser frequente a miséria abrigar-se em vielas escondidas, embora próximas aos palácios dos ricos; mas, em geral, é-lhe designada uma área à parte, na qual, longe do olhar das classes mais afortunadas, deve safar-se, bem ou mal, sozinha. (ENGELS, 2010, p. 70)

Meu empenho em discorrer sobre a problemática das disposições espaciais do urbano, neste trabalho, não sugere que essa é a única consequência das transformações da “sociedade de máquina”, mas contribui para o domínio de uma discussão mais específica sobre a configuração desses espaços físicos que promovem uma disparidade social entre os grandes centros e as áreas periféricas da cidade. Dessa forma, utilizo a oposição cidade cósmica e cidade caótica para refletir sobre um espaço fundamental da cidade: o centro.

Em maio de 2018 participei do evento intitulado “Habitar para Preservar o Centro Histórico de São Luís”¹⁴ promovido pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), na oportunidade assisti a palestra “Centro: Um Espaço Possível de Integração Urbana” ministrada pelo urbanista e sociólogo Carlos Vainer¹⁵ que relembrou a ideia de “Centro” das antigas cidades gregas: a concepção de centro como um círculo, sem lados e arestas, um espaço comum a todos e diferente de todos os pontos; simbolizado pela figura de uma ágora, onde todos decidem em comunhão e onde ninguém é proprietário. A centralidade nelas é sinônimo de ordem, síntese fiel da cidade.

Com o surgimento das grandes cidades industriais o espaço central passa a ser definido pela capacidade de circulação do capital e abrigo da classe dominante emergente. Sua localização era definida pela proximidade com a passagem de mercadorias e matérias primas, agraciados por portos, ferrovias e rodovias (LE CORBUSIER, 1971).

Os Centros Industriais se tornavam cada vez mais tumultuados e desordenados com o mercado cada vez mais abundante de mão-de-obra e a instabilidade dos operários. Surgem cada vez mais espaços de aglomeração dessas camadas - os cortiços - e o “encontro do diferente” começa a incomodar a lógica do capital

Estava claro que, diante do novo padrão de desenvolvimento econômico que se esboçava e do crescimento rápido da população, o cortiço passaria a representar um perigo para saúde pública, seja pelas condições de insalubridade que apresentava,

¹⁴ Ver Seminário discute política habitacional para o Centro Histórico de São Luís, FAPEMA. Disponível em: <<http://www.fapema.br/index.php/seminario-discute-politica-habitacional-para-o-centro-historico-de-sao-luis/>>. Acesso em 30 de maio de 2018.

¹⁵ **Carlos Bernardo Vainer**, Doutorado em *Développement Economique et Social* pelo Université Paris 1 Pantheon-Sorbonne, França(1979) Professor titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil. Ver lattes em:< <http://lattes.cnpq.br/5427258537765956>>.

seja por expressar uma imagem contrastante com a fábrica, enquanto unidade produtiva que se firmava. (SILVA E SILVA, 1989, p. 36)

Por conseguinte, surgem esforços que visam descentrar a cidade propondo a desobstrução do centro e a higienização social¹⁶, segregando os setores populares e afastando as zonas de habitação com a pretensão de criação de moradias de baixo custo (conjuntos habitacionais) - que nem sempre eram cumpridas, surgindo assim as favelas¹⁷, e sistemas de transportes baseados em ônibus. No Brasil esse processo se intensifica em meados da década de 1930 e 1940:

Dessa forma não era compatível com o novo modelo econômico que necessitava desobstruir a área central da cidade para circulação do capital e localização da classe dominante emergente, forçando o estabelecimento de uma política de segregação dos setores populares, acentuando-se principalmente a partir da década de 30 e 40, com o amadurecimento do modelo econômico de caráter urbano-industrial. [...] Na época de Pereira Passos, a habitação proletária urbana sofre, no Rio de Janeiro, uma “limpeza” e reconstrução maciça. Com a abertura das ruas e avenidas centrais da cidade, há a demolição de inúmeros cortiços, não se registrando, em contrapartida, a substituição das habitações demolidas por moradia de baixo custo. (SILVA E SILVA, 1989, p. 36-38)

As cidades são geograficamente expandidas polarizando os diferentes grupos sociais, os antigos centros são abandonados sendo alvos de degradação e especulação imobiliária. Diante disso, as cidades já não representam o “encontro do diverso” e o centro já não é sua síntese, deixam de ser densos e culturalmente heterogêneos para dar lugar a um espaço esvaziado de moradores e estritamente comercial.

2.2. A construção do Centro Histórico de São Luís

São Luís é historicamente conhecida como a única cidade brasileira a ser fundada por franceses¹⁸, pois em 1612 buscando acesso Amazônia e ao interior do continente em expedição comandada por Daniel de La Touche, os franceses se estabelecem na Baía de São Marcos, entre os rios Anil e Bacanga, onde fundam com a celebração de uma missa, em 8 de

¹⁶ Me refiro à “limpeza social”, na qual surgem esforços para eliminar/afastar as camadas mais pobres dos Centros das cidades, prevalecendo os ideais de “cidade moderna” e a estética do lugar.

¹⁷ Adoto o termo “favelas” de acordo com Silva e Silva (1989), e a popularidade do mesmo facilitando a compreensão.

¹⁸ Há controvérsias. Para Lacroix (2008), a celebração de uma missa ou a construção de um forte não caracteriza necessariamente a fundação por determinado grupo, para a autora a ideia de que São Luís seria a única cidade brasileira a ser fundada por franceses surge em um momento de decadência econômica no Maranhão, em que esse título poderia conferir destaque no cenário nacional.

setembro do mesmo ano, o forte e a vila de São Luís em homenagem a Luís IX, Rei da França no período de 1226 até a sua morte no ano de 1270.

Três anos depois Portugal chega às terras, que antes já tinham sido visitadas, mas onde os portugueses não tinham tido interesse de se estabelecer, e decidem retomar as terras com o objetivo de estabelecer uma ocupação efetiva no lugar como forma de garantir o domínio do território e a região territorial amazônica. Para isso, a ocupação da Vila de São Luís torna-se necessária, ficando a cargo do engenheiro militar Francisco Frias de Mesquita projetar as fortalezas que iriam consolidar o seu domínio e traçar um plano urbanístico para a cidade, esse núcleo inicial da cidade, no entanto, é constituído pelo espaço que hoje conhecemos como o Centro Histórico da cidade de São Luís no Maranhão (ANDRÈS, 2012; CARDOSO, 2012).

Até o fim do século XVII a cidade era composta pela cidadela, murada e próxima ao forte; um núcleo urbano mais adensado externo aos muros, onde atualmente se situa a região da Praia Grande e do Desterro, e uma terceira área pouco adensada “atrás do Carmo Novo”, atual Igreja da Sé, que se limitava pelas atuais Ruas Grande, dos Afogados e de São João. Toda a região era limitada pelas Igrejas e conventos das diversas ordens católicas instaladas na cidade. (CARDOSO, 2012)

É na segunda metade do século XVIII que a estrutura urbana da cidade começa a sofrer mudanças, em razão da criação da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (Companhia Geral do Comércio) que incentivou o cultivo e comercialização do arroz e do algodão. Estratégia que trouxe ao Maranhão uma projeção comercial regional e internacional na qual os portos têm grande importância econômica. (CARDOSO, 2012)

Essa movimentação mercantil da cidade, de acordo com Andrès (2012), já no século XIX, proporcionou um aumento significativo da população, tanto de brancos, quanto de negros escravos que eram usados para mão-de-obra dessa produção:

A combinação de trabalho escravo com o lucro da exportação engendrou no Maranhão, como em outras regiões, o mecanismo de concentração de riquezas. (...) No período de 1812 a 1821 foram comprados cerca de 50.000 escravos para trabalhar nas lavouras do Maranhão. Período que coincide com o melhor desempenho da economia.(...) A escravidão africana foi um dos pilares para que se construíssem centros urbanos com os confortos da vida moderna da época. (p. 37-38)

Com o crescimento da cidade surgiam as melhorias urbanas que começaram a ser executadas pelo então governador Joaquim Melo e Póvoas¹⁹ (CARDOSO, 2012), e contava com abertura de estradas, melhorias das fontes e abastecimento de água, galerias de coleta de água, construção de novos edifícios de alvenaria de pedra e argamassada com cal extraída de conchas marinhas, óleo de peixe e madeira de lei.

Mestres de obras vindos diretamente das cidades portuguesas Lisboa e Porto, utilizavam de materiais importados, serralheiras, cantarias de lioz e azulejos (que hoje constituem um dos aspectos mais característicos da arquitetura de São Luís)²⁰. Materiais de construção considerados menos nobres eram proibidos no perímetro urbano e os lotes eram modificados para abrigar edifícios maiores, na área da Praia Grande, onde moravam os habitantes mais nobres e onde se situavam a alfândega, o porto e o comércio. (ANDRÊS, 2012)

Nas últimas décadas do século XIX iniciou-se o processamento industrial do algodão e a criação de diversas fábricas, em sua maioria têxtil, que eram localizadas nas áreas periféricas do núcleo urbano²¹.

Todo este núcleo urbano resultou, de fato, de um conjunto de fatores semelhantes aos que hoje associamos com os conceitos de globalização, ou seja, comunicação e comércio internacional, importação de costumes que se traduziam na urbanização e na arquitetura, nos hábitos de viver, na forma de educar os filhos, de vestir, de comer e de se divertir. (ANDRÊS, 2012)

Até o final do século XIX as melhorias urbanas trouxeram qualidade de vida para a população que se instalava nos espaços dos grandes casarios e mantinham o conjunto arquitetônico sem grandes alterações, com a total predominância do transporte marítimo e fluvial que tinha como porta de entrada o porto da Praia Grande. A cidade se resumia no que hoje conhecemos como o Centro Histórico de São Luís, sendo a Praia Grande a área mais nobre e bairros como o Desterro de moradias mais humildes²², um perímetro configurado

¹⁹ Joaquim de Melo e Póvoas atuou como governador do Maranhão na época colonial sob a condição da patente de coronel quando a capitania ainda era subordinada ao Governador e Capitão-geral do Grão-Pará e Maranhão entre os anos de 1761 a 1775; e na condição de Governador e Capitão-geral do Estado do Maranhão e Piauí entre os anos de 1775 e 1779.

²⁰ Os azulejos são importantes adereços turísticos em São Luís. Assim como reggae fazem parte dos desenhos, divulgações e artefatos turísticos.

²¹ Um exemplo é a antiga fábrica têxtil Companhia de Fiação e Tecidos de Canhamo (1891) que atualmente abriga o Centro de Comercialização de Produtos Artesanais do Maranhão (Ceprama) situada no bairro da Madre Deus, no Centro; e a antiga Companhia de Fiação e Tecidos do Rio Anil construída em 1893, situada no Anil, que hoje abriga a Fundação Nice Lobão - Centro Integrado de Ensino Rio-Anil "CINTRA".

²² Discuto sobre os moradores do bairro do Desterro no próximo tópico.

pelos mais extensos conjuntos de origem portuguesa da época, com uma área de 270 hectares, possuindo em torno de 400 quadras e cerca de 5500 edificações, localizados na parte noroeste do município. (ANDRÊS, 2012)

No início do século XX, a partir do Governo Vargas, houve uma mudança de visão em relação à cidade, as condições de lucro se cessam mergulhando a região em um longo período de decadência econômica.²³ A supremacia das navegações dá espaço aos meios de transporte rodoviário e ferroviário e houve uma inversão da acessibilidade da área, condicionando os primeiros passos de evolução da malha urbana da cidade.

As novas ideias de progresso e desenvolvimento urbano do governo viam o conjunto antigo da cidade como um sinal de atraso, e investem em práticas de demolições e reformas de prédios, abertura de rodovias e construção de novos edifícios.²⁴

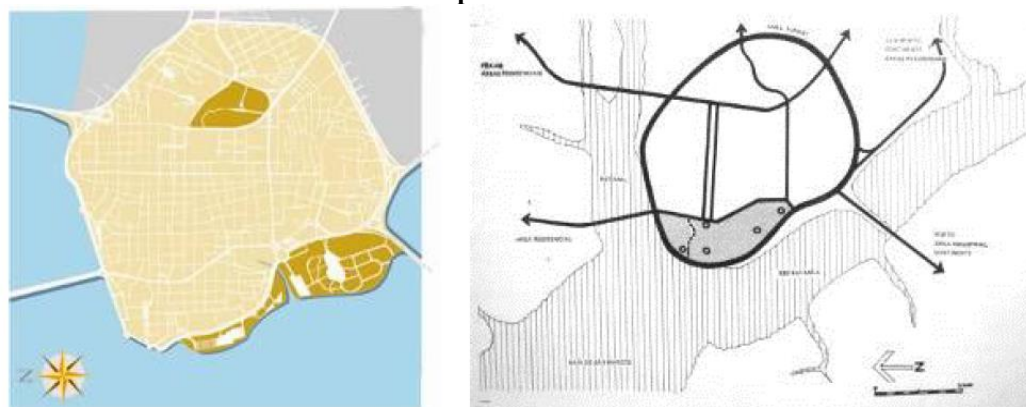
Na década de 1950 se inicia um processo de expansão da cidade com a criação do Plano Rodoviário da Ilha de São Luís. Na década de 1970 a construção da Barragem do Bacanga e a Ponte José Sarney (Ponte do São Francisco) marcam a expansão da cidade para além do centro antigo que se intensifica com a construção da Ponte Bandeira Tribuzzi em 1980 sobre o Rio Anil que liga o bairro do Jaracaty à Camboa e facilita o acesso às praias. (CARDOSO, 2012)

²³ A decadência econômica foi um dos principais fatores da preservação da área hoje considerada Centro Histórico, impedindo que as ideias de progresso e desenvolvimento urbano que imperavam no início do século XX, promovessem demolições e reformas de edifícios coloniais, como foi o caso da maioria dos centros históricos brasileiros. Contudo, foi também a decadência econômica que contribuiu para deterioração do estado dessas edificações. (UNESCO, 1997)

²⁴ Um exemplo é a construção do Edifício João Goulart em 1957, uma das primeiras construções modernistas na Ilha, chama atenção por ser um dos prédios mais altos do Centro Histórico. O imóvel está localizado na Avenida Dom Pedro II, próximo ao Palácio dos Leões, e conta com 10 andares, térreo e 2 subsolos, totalizando cerca de 6 mil m², o prédio abrigava o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), mas estava desocupado havia 20 anos. Nos últimos anos, o prédio vinha sendo ocupado por moradores de rua e também era palco de crime violento, até que em 2015 é cedido pelo INSS ao Governo do Estado como forma de quitação de dívida. Atualmente o edifício espera por reforma, para abrigar mais uma secretaria pública, a justificativa do Governo do Estado é de que é mais vantajoso ocupar prédios do governo do que pagar aluguel.

Ver **Governo do Maranhão lança edital de licitação para revitalização do Edifício João Goulart**. Disponível em: <<http://www.segov.ma.gov.br/2017/09/27/governo-do-maranhao-lanca-edital-de-licitacao-para-revitalizacao-do-edificio-joao-goulart/>> Acesso em agosto de 2018; e **Edifício João Goulart expõe propagandas e ainda não tem obra**. Disponível em: <<https://imirante.com/oestadoma/noticias/2018/05/12/edificio-joao-goulart-expoe-propagandas-e-ainda-nao-tem-obra/>>. Acesso em agosto de 2018.

Figura 1 - Mapa esquemático mostrando as saídas do Centro Histórico para as várias áreas de expansão urbana



Fonte: Andrès (2006)

O processo de expansão urbana de São Luís e os ideais de cidade da época trouxeram consigo processos de descaracterização da arquitetura do Centro Histórico²⁵. De encontro a esses processos surgem algumas iniciativas preservacionistas de tombamento de prédios isolados. Em 1959 a arquiteta Dora Alcântara elabora um parecer indicando o tombamento de um conjunto de edifícios que vem se concretizar em 1974.

Em 1978 o arquiteto John Gisiger para elaborar uma proposta de preservação do conjunto que se encontrava degradada com o título “Renovação Urbana da Praia Grande”. A proposta não foi implantada, mas atraiu a atenção Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em direção de Aloísio Magalhães, que organizou, em 1979, a 1ª Convenção da Praia Grande onde o Governo do Estado do Maranhão se comprometeu em elaborar um programa de preservação do Centro Histórico que se institucionalizou no mesmo ano como o Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís (PPRCHSL) que definiu o bairro da Praia Grande como área piloto do Programa e contava com onze sub-programas (CARDOSO, 2012): 1) Subprograma de Promoção Social e Habitação no centro histórico de São Luís (SPSH); 2) Subprograma de Restauração do Patrimônio Artístico e Arquitetônico; 3) Subprograma de Recuperação da Infra-Estrutura e Serviços Públicos; 4) Subprograma de Prédios Públicos no Centro Histórico; 5) Subprograma de Incentivo às Atividades de Turismo Cultural; 6) Subprograma de Revitalização das Atividades Portuárias; 7) Subprograma de Recuperação do Patrimônio Ambiental Urbano; 8) Subprograma de Recuperação da Arquitetura Industrial; 9) Subprograma de Gerenciamento,

²⁵ Ver NOTA 7. Os processos de descaracterização da arquitetura se devem muito mais a deterioração por abandono do que modernização do espaço.

perpassam os dois bairros e são importantes para as formas de sociabilidade²⁶ de ambos, que hora se fundem, hora se limitam. Neste sentido, utilizo das discussões de Silva (2005) para descrever um histórico das construções e desconstruções de limites espaciais e sociais que circundam esses dois bairros até 1997, quando o CHSL recebe o título de Patrimônio da Humanidade.

Para pensarmos a relação atual dos bairros da Praia Grande e Desterro precisamos resgatar as discussões do período colonial na área, voltamos então ao século XVIII. Como já descrito anteriormente, a criação da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão em 1755 contribuiu para a implementação de uma estrutura produtiva baseada na exportação de produtos agrícolas que proporcionou grande desenvolvimento econômico até as primeiras décadas do século XIX.

Nesse período, como também já colocado, a administração local se empenhou em construir políticas que valorizassem o solo urbano e contou com requintada infraestrutura. Essas políticas aplicavam-se de forma mais intensa no bairro da Praia Grande que abrigava a zona comercial da época em virtude do escoamento dos produtos comercializados. Diante do alto desenvolvimento econômico a Praia Grande, além de centro comercial também se propõe a abrigar a elite da época - os barões, donos de engenho de açúcar e fazendas de algodão e arroz, grandes senhores de terra - que residiam em grandes palacetes azulejados²⁷.

No contexto da criação das fábricas têxteis, o aumento da produção e o próspero desenvolvimento econômico a cidade cresce estruturalmente e com ela também cresce sua população. Neste ínterim o bairro do Desterro toma novas formas, aparecendo nos registros oficiais como um “apêndice da Praia Grande”²⁸ (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS, 2005).

Silva (2005) supõe que seus primeiros habitantes se dedicassem a atividades ligadas ao porto, já que entre os séculos XVIII e XIX surgiram muitos profissionais ligados à fabricação de embarcações. A autora também aponta a existência de “quitandeiros, caixeiros, alfaiates, ourives e chapeleiros” (p.52) que também residiam naquele espaço. Dessa

²⁶ Aqui o sentido de *formas de sociabilidade* se refere aos diversos tipos de relações sociais existentes numa coletividade que compõe um todo.

²⁷ Esses grandes sobrados fazem parte principalmente da área de tombamento federal que hoje abriga o bairro da Praia Grande.

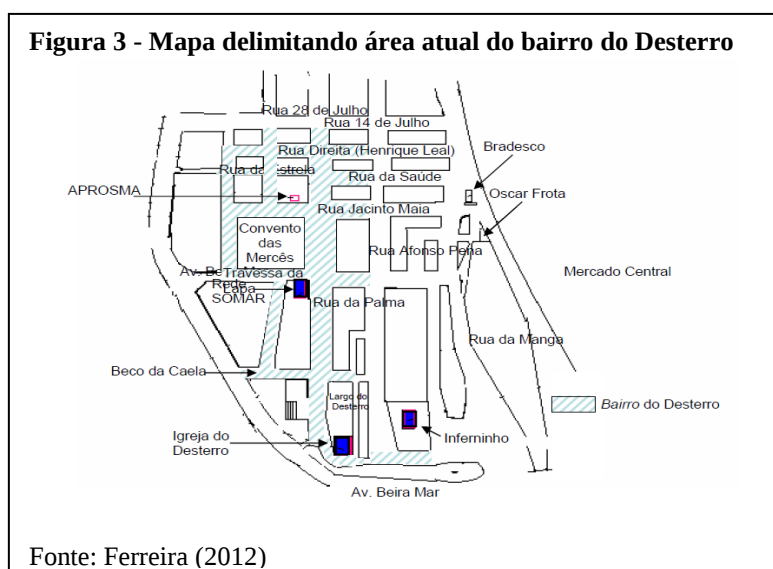
²⁸ Apesar de só aparecer nos registros oficiais como apêndice da Praia Grande num espaço tardio da história, há indícios que sugerem que o Desterro estava incluído na delimitação territorial já na ocupação francesa quando os referidos planejavam a construção do Forte de São Luís. Pois “(...) este já compunha o cenário de conquista dos interesses europeus, chegando a ser palco da disputa bélica entre portugueses e holandeses, quando estes últimos tentaram estabelecer base em solo maranhense, de 1641 a 1644” (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS, 2005, p. 13).

diversidade mercantil surge a ideia de “área apêndice” da Praia Grande, já que os profissionais que ali residiam davam suporte a área comercial e portuária da época que era a Praia Grande.

(...) em meados do século XIX, mais precisamente em 1869, o Desterro abrigou uma relativa diversidade de estabelecimentos comerciais, como chapelarias, armazéns de construção civil e naval, armazéns de venda de tecidos, joalherias e até mesmo uma fábrica de chocolates que funcionou em uma de suas labirínticas ruas conhecida como Beco Feliz. (SILVA, 2005, p. 52)

Até então o Desterro abrigava uma população de menor poder aquisitivo, no entanto, a condição de proximidade com a Praia Grande propiciou certa valorização imobiliária ao bairro já no século XIX. Na extremidade norte²⁹ do bairro do Desterro, ligada ao bairro da Praia Grande, foram construídos alguns sobrados, que supostamente abrigavam famílias de melhor poder aquisitivo - atribuindo um “caráter de nobreza” às edificações que se assemelham às da Praia Grande - que provavelmente possuíam negócios na área.

Silva (2005) relata que o bairro abrigou colégios de renome como o *Collegio de Sant’ Anna* que se situava na Rua da Palma nº3 rumo ao antigo bairro de Nazaré. Nesta e em outras passagens é possível perceber que outrora o bairro do Desterro tinha início na extremidade da Praça Benedito Leite, área que hoje dispõe o bairro da Praia Grande, já que o bairro do Desterro é ilustrado com limites já na altura da Rua 14 de Julho.



²⁹ Vale lembrar que esta área posteriormente abrigou a Zona do Baixo Meretrício de São Luís, conferindo outra sociabilidade à extensão.

Neste contexto, percebe-se a criação de uma espécie de fronteira social e econômica entre a área mais ao norte do bairro e a área mais ao sul, já que a primeira assume uma posição mais valorizada e nobre que a segunda, transformando-se numa extensão do bairro da Praia Grande em razão de sua proximidade com o mesmo.

O fato é que a paisagem urbana do Desterro alterou-se em uma dicotomia: de um lado a arquitetura simples, composta predominantemente de portas e janelas, o que sugere ter servido de abrigo para pessoas com baixo poder aquisitivo, provavelmente, peixeiros e descendentes. Do outro, exemplares, na sua maioria, ricos em detalhes construtivos e que seguem um estilo arquitetônico definido (Colonial). Essas edificações formam uma espécie de mosaico composto de casas térreas classificadas como porta e janela, meia-morada, morada-inteira e também sobradões azulejados, mesclados por sobradinhos mais modestos. Assim, acredito que essa dicotomia, no mínimo, indique que esse bairro abrigou pessoas de classes sociais diferenciadas. (SILVA, 2005, p. 54)

No início do século XX, as mudanças sobre as concepções de cidade desenvolveram idealizações carregadas de desprezo pelas edificações coloniais da cidade provocando políticas que visavam a modernização desses espaços, estabelecendo uma relação antitética em que tudo o que se relacionava com o “antigo” era percebido como negativo em oposição ao “novo” dentro desses espaços. É nesse contexto que o bairro do Desterro também sofre com essas transformações, pois é “parte integrante da área da cidade cuja paisagem urbana remetia ao passado”.(SILVA, 2005, p. 104)

Na década de 1970, surgem esforços para descentralizar a cidade. A construção da ponte José Sarney, conforme ilustra a Figura 1, inaugura a expansão da cidade que se dirige ao norte, criando os bairros do São Francisco, Renascença que passaram a abrigar a população mais abastada que até então habitava o centro da cidade. Esse deslocamento foi o resultado de uma expansão dos negócios mobiliários de notável dimensão. A construção da Barragem do Bacanga expande a cidade em direção ao sudoeste abrigando parte da população mais carente em bairros como a Vila Embratel, Vila Nova e Anjo da Guarda, as atividades portuárias que eram dispostas nas áreas da Praia Grande e Desterro, transferem-se para áreas periféricas como Porto do Itaqui. Já no final da década o poder público investe em grandes conjuntos habitacionais para abrigar a população mais carente em áreas distantes do Centro da cidade criando bairros como Coroado, João de Deus, Janaina, São Bernardo, e outros. (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS, 2005)

Nesse período supostamente surge um elemento importante para a história do Centro Histórico, principalmente o bairro do Desterro: A Zona do Baixo Meretrício (ZBM):

Na bibliografia disponível acerca da ZBM, normalmente se faz referência a sua criação, no início da década de 1940, durante a Interventoria de Paulo Ramos no Maranhão, embora nenhuma das obras por mim consultadas apresente documentação indicativa do momento preciso dessa institucionalização e dos motivos que levaram a sua efetivação especificamente nesse local. Na breve pesquisa que realizei nos arquivos, também não localizei nenhuma fonte sugestiva dessas questões. A desativação da ZBM e o enfraquecimento de suas atividades também é alvo de opiniões controversas. (...) a ZBM funcionou de forma mais intensa entre as décadas de 1950 até o início dos anos oitenta. E, a partir de 1968, com a inauguração da Ponte do São Francisco, que imprimiria diversas alterações na utilização do espaço urbano, as atividades da prostituição, até então concentradas na ZBM, deslocam-se para outras áreas da cidade. (FERREIRA, 2005, p. 27)

A ZBM constituía o espaço de requinte boêmio na cidade, com um grande número de pensões e cabarés onde se exercia a prostituição feminina, localizava-se no coração do CHSL no bairro do Desterro

(...) sua área era composta pelas ruas: Direita ou Henrique Leal; da Palma ou Herculano Parga; 28 de julho ou do Giz; da Saúde; da Estrela ou Cândido Mendes; boa parte da Jacinto Maia; Formosa ou Afonso Pena; Travessa da Lapa; Travessa Feliz; Travessa do Portinho; e Rua da Manga”, ou seja, numa área imediatamente contígua ao bairro do Desterro. (REIS, 2002, p. 23)

Em meados da década de 1950 a ZBM desfrutava seu auge, as pensões e cabarés recebiam figuras importantes no cenário econômico e político da cidade, sendo inclusive palco de decisões políticas influenciadas por relações de poder entre as “madames” e as grandes figuras que frequentavam suas casas, que hoje fazem parte da literatura maranhense³⁰.

Contudo, na década de 1970, juntamente com a nova concepção e crescimento da cidade, surgem ideologias que se atrelam a um saneamento moral numa constante busca da ordem. Nessa concepção, era imprescindível que houvesse uma separação entre vida pública e vida privada característica das grandes cidades³¹, da qual a ZBM era principal representação da ameaça física e moral que a cidade do passado simbolizava.

³⁰ É o caso da obra de Bruno Azevêdo (2013) intitulada “Baratão 66”, uma história fictícia disposta em quadrinhos ilustrados por Luciano Irrthum que retrata o cotidiano de um cabaré situado no Centro de São Luís onde as relações de poder entre profissionais do sexo e figuras políticas impunham as decisões políticas descritas. Ver AZEVÊDO, Bruno e IRRTHUM, Luciano. **Baratão 66**. São Luís: Pitomba/Beleléu, 2013.

³¹ Jacobs (2011) alerta ser imprescindível a separação entre público e privado nas grandes cidades, pois a sociabilidade contida nessas áreas não são as mesmas das cidades pequenas onde todo mundo conhece todo mundo - “(...)deve ser nítida a separação entre o espaço público e o espaço privado. O espaço público e o privado não podem misturar-se, como normalmente ocorre em subúrbios ou em conjuntos habitacionais”. (p. 35)

Numa perspectiva teórica, é importante ressaltar que a rua, a partir do final do século XIX, passou a ser pensada como um espaço onde deveria existir uma certa moralidade (...) nas relações sociais engendradas no espaço urbano do Desterro é possível identificar reminiscências dessa sociedade, à medida que a rua também, é pensada como um espaço público onde, a exemplo do século XIX, deveria haver uma certa moralidade. (SILVA, 2005, p. 157)

Baseada nessa ideologia, a imprensa local começa a veicular, no início da década de 1970, uma imagem negativa na qual o bairro do Desterro era retratado como lugar de violência e degradação moral sendo reduzido à imagem ZBM.

Para os moradores, no entanto, a ZBM era grande fonte de renda,

Nessa área eram muitos aqueles que não possuíam vínculos empregatícios, posto que dependiam ou da venda de produtos ou até mesmo tinham a sobrevivência vinculada a pequenos serviços; estavam, pois, sujeitos às possibilidades econômicas daquelas que atuavam na ZBM. (SILVA, 2005, p. 130)

Com o estigma veiculado principalmente pela mídia local, o bairro do Desterro permaneceu marginalizado por muito tempo criando tensões dentro do próprio bairro. Silva (2005) constata em sua pesquisa, que os moradores entrevistados consideravam que na década de 1970 o bairro do Desterro era dividido em *secções* que se baseavam em questões de cunho moral e econômico. Diante disto, a autora dispõe o trecho de uma entrevista que explicava essas divisões:

Aqui nessa época [1970] era dividido em três secções que eram mais ou menos assim: uma que começava da Praça Benedito Leite³² até ali na esquina da rua Henrique de Leal. Ali quem morava eram pessoas de classe média boa. A partir daí até no Jacinto mais era a zona. A partir do canto do Quartel (antigo quartel da PMMA³³) até próximo da igreja era ambiente pesadíssimo com muita venda de drogas e muito promíscuo. (SILVA, 2005, p. 134)

Apesar do entrevistado propor que existiam “três secções” ele acaba pontuando quatro: a primeira de pessoas com maior poder aquisitivo, conforme a formação do século XIX, próxima ao bairro da Praia Grande; A segunda disposta da área da ZBM; A terceira disposta de famílias de baixo poder aquisitivo; A quarta disposta na área do Desterro, por trás da Igreja do Desterro, onde funcionavam pensões de comercialização do sexo de “segundo escalão”³⁴. (SILVA, 2005)

³² Perceba que nessa época o bairro do Desterro ainda comportava a extremidade da Praça Benedito Leite.

³³ PMMA (Polícia Militar do Maranhão) - atual Convento das Mêrces.

³⁴ A área do Desterro por trás da Igreja comportava cabarés inferiores aos da ZBM, frequentada por “peixeiros” e compostas por “meretrizes desleixadas”, palco de grandes desavenças, crimes e circulação de drogas. Atualmente essa área comporta a área popularmente denominada “Inferninho” no Portinho, área palco de “criminalidade, prostituição e venda e uso de drogas”, considerada a cracolândia do Centro Histórico. A área

Com o título de Patrimônio da Humanidade em 1997 e, por conseguinte, o tombamento de grande parte de suas edificações o Centro Histórico experimenta novas concepções de sociabilidade. O bairro da Praia Grande recebe estímulos de revitalização e investimentos de cunho turístico e até mesmo residencial³⁵, mas o bairro do Desterro, apesar dos estímulos que lhe propiciavam uma representação positiva, ainda carregava nuances negativos que questionam sua posição como patrimônio.

Conhecer a trajetória histórica dos bairros da Praia Grande e Desterro é fundamental para compreender os sentidos, práticas e sentimentos que os indivíduos que permanecem nesses espaços nutrem sobre os mesmos. Concepções de sociabilidade presentes no bairro do Desterro já no século XXI são trabalhadas por Ferreira (2012) e contribuem para pensar novas disposições com no decorrer dos anos, que pretendo retomar no último capítulo deste trabalho.

tem dimensão da Praça do Pescador, em frente ao Mercado do Peixe, até a extremidade da traseira da Igreja do Desterro. Em 2015 um projeto de revitalização da Praça do Pescador objetivava a requalificação social da área. A reforma contou duas etapas, a primeira entregue no final de 2015 e a segunda em 2016. Ver **Projeto revitaliza praça do Pescador - Portinho**. Disponível em: <<http://www.ceuma.br/portal/projeto-revitaliza-praca-do-pescador-portinho/>> ; e **Prefeitura entrega segunda etapa da reforma da praça do Pescador, no Portinho**. Disponível em: <<http://www.agenciasaoluis.com.br/noticia/17410/>> Acesso em agosto de 2018.

³⁵ Proposições dos subprojetos do PPRCHSL discutidos no tópico passado. Vale ressaltar que os investimentos em habitação da época não abarcavam moradias populares.

3. CAPÍTULO 2: NARRATIVAS, FLUXOS, ENCONTROS E IMPRESSÕES

Neste capítulo me empenho em apresentar ao leitor os cenários, cotidianos e narrativas das pessoas e espaços que acompanhei. No primeiro momento apresento os cenários cotidianos dos bairros da Praia Grande e Desterro na tentativa de familiarizar o leitor com as semelhanças e diferenças presentes entre esses espaços. No segundo momento faço uma breve apresentação dos dez “moradores” que tive a oportunidade de acompanhar e da estratégia que utilizei para encontrá-los, assim como, a partir de suas narrativas, exponho os discursos que se aproximam da temática deste trabalho. Por fim, apresento a temática da Luta por Moradia Popular no CHSL, resgatando autores e políticas públicas que tratam sobre moradia na área em questão, em paralelo às narrativas dos meus interlocutores, na tentativa de expor a conjuntura atual sobre moradia popular no CHSL.

3.1. Cenários e cotidianos em perspectiva

Apesar dos processos de urbanização, o CHSL é ainda em grande parte residencial³⁶, o bairro do Desterro, segundo Prefeitura de São Luís (2005), é uma das principais áreas residenciais do conjunto de bairros, já que, em pesquisa realizada em 2004, 54,74% de seus imóveis são de uso residencial. De acordo com a mesma pesquisa o bairro é constituído por sua maioria (48,67%) de famílias provenientes da baixada maranhense³⁷ que residem há, pelo menos, 25 anos no CHSL.

Apesar de ter certa intimidade com o local e seus residentes decidi utilizar de campos exploratórios³⁸ para me aproximar do cotidiano do espaço. Essas idas a campo despertavam curiosidade naqueles que me viam com a bicicleta, tirando fotos ou com pequena caderneta de anotações nas mãos, percebi que esses adereços me representavam como turista para aqueles

³⁶ Com as políticas de reabilitação dos Centros históricos muitos dos moradores dessas áreas foram retirados e realocados em prol de grandes eventos turísticos. (PAES, 2017)

³⁷ “A microrregião da Baixada Maranhense é uma das microrregiões do estado do Maranhão pertencente à mesorregião Norte Maranhense. Sua população foi estimada em 2006 pelo IBGE em 518.241 habitantes e está dividida em 21 municípios. Possui uma área total de 17.579,366 Km². A baixada maranhense, conhecida também como região dos Lagos e Campos se localizando próximo ao Golfão Maranhense, tendo como característica geográfica a vegetação herbácea alagável pelos rios e lagos daquela região, região essa da qual diversos moradores migraram para São Luís e formaram inclusive o bairro do Desterro. (CHAVES, 2012, p. 87)

³⁸ Com “campo exploratórios” me refiro as idas ao CHSL para mapear as ruas do Giz e Palma, na tentativa de conhecer um pouco mais sobre as funcionalidades dos edifícios e praças. Utilizei dessa estratégia no período da segunda metade do ano de 2017.

que tinham aqueles espaços como parte de seu cotidiano, e permitia uma aproximação com possíveis interlocutores. Diante disso, desenho abaixo, em forma de anotações etnográficas (Diário de campo), a representação do cotidiano desses espaços, observada em dois momentos distintos.

3.1.1. Praia Grande

Figura 4 – Pixo em parede localizada no bairro da Praia Grande



Foto: Nicole Pinheiro, janeiro de 2018.

Janeiro de 2018 (Sexta-feira - 14h56min)

Fui de bicicleta da UFMA para o centro a fim de fazer o campo, cheguei à Praça da Faustina às 14h56min, estava muito cansada por conta do trajeto, então sentei um pouco em um dos bancos da praça para descansar. [...] por ser início da tarde, os vendedores ambulantes que trabalham as sextas-feiras no Reviver já estão andando pra lá e pra cá com suas caixas de isopor e seus carrinhos, garantindo o seu ponto de venda. O Centro Histórico fica bem movimentado nas tardes de sexta-feira. [...] Os vendedores continuam percorrendo a rua com seus carrinhos, o dia é atarefado. [...] Subindo a ladeira da rua observo um prédio de pequeno espaço onde se vende CD's, discos e artefatos regionais [...] o lugar passa o dia todo animado, tocando diversos tipos de músicas que animam a rua, é repleto de discos, com algumas cadeiras de balanço de vários tamanhos enfileiradas na porta, onde Rogério³⁹, o

³⁹ Os nomes utilizados no decorrer de todo esse trabalho são fictícios.

dono do lugar, costuma sentar todas as tardes. Enquanto escrevo ele troca o disco de bumba-meu-boi que tocava, e coloca um disco de brega (arrocha, sofrência), olha pra mim e brinca dizendo que as músicas são pra mim: - "Essa é pra você" - e vai sentar com outros dois em cadeiras de balanço que ocupam a calçada na frente da fachada de um prédio mais à frente, numa conversa de tarde. Os vários vendedores continuam a descer a rua com suas caixas e carrinhos, a tarde parece cada vez mais animada. [...] Observo um prédio próximo e percebo que se encontra bem conservado, é em frente a sua fachada que Seu Rogério conversa com seus amigos, peço licença para tirar uma foto, eles me dão o aval e continuam a conversar com animação. Penso em perguntar sobre o que funcionava ali, mas a conversa parece muito animada para intervir. O prédio carrega uma placa de "Aluga/Vende" e um número de telefone, mas está bem apagada, acredito que antes era uma loja de artesanato. Sobre os azulejos bem danificados um pixo um pouco apagado "Proibido roubar na quebrada B40" - até então nunca tinha visto uma inscrição dessas no Centro Histórico, esse tipo de inscrição é bem comum em outros bairros, mas parecia ser uma coisa nova no Centro -. [...] Um dos homens que conversam com Seu Rogério me pergunta de onde eu sou - talvez por eu estar de bicicleta, tirando fotos e com um caderninho na mão a escrever, ele tenha deduzido que eu não era do Maranhão -, ali de longe mesmo, enquanto volta a sentar em sua cadeira de balanço: - "Você é de Goiânia?", aceno que não - "Minas?", aceno que não - "Rio de Janeiro?", constatando ele a sua intuição de que eu sou do sudeste. Respondo que sou de São Paulo e aproveito pra perguntar sobre o que funciona ou funcionava nesses prédios, ele levanta e caminha em minha direção como para tornar a conversa mais íntima - "Terra da garoa? O você me perguntou?", repito a pergunta, ele me explica que o prédio era uma gráfica que fechou e está sendo vendida por "80 pila". Faço uma expressão de que é valor alto para um espaço tão pequeno, ele me entende e explica que não é um valor alto porque é um espaço grande apesar de não parecer: - "Ele vai sair lá na praça, dá pra ver a janelinha lá" - ele se refere a Praça Nauro Machado. Ele ainda ressalta que aquele é um ponto muito bom, mas que precisa de reforma. [...] me diz que ali funcionava uma padaria - os moradores sempre me falam que antes havia boas padarias e que hoje é difícil de encontrar lugares para comprar pão para o café -, que tinha um pão ótimo, mas que fechou faz tempo. Ele diminui o tom da voz, cochichando como quem conta um segredo: Conta-me que o dono da padaria se envolveu com drogas, teve problemas e acabou fechando. Pergunto a ele se o espaço está à venda, ele me diz que o homem não quer vender e nem alugar, mas "passou pro nome dos filhos". "E é um ponto bom ali", diz ele como se percebesse que um ponto como aquele

fechado era desperdício. Ele diz pra eu me sentar em uma das cadeiras, ficar a vontade, mas como já está tarde - já passavam das 17h e a rua começava a ficar mais movimentada - eu digo que já vou andando, pois estou de bicicleta, mas que gostaria de conversar com ele em outro dia. Ele pergunta meu nome, eu respondo e pergunto o dele, que me informa que é Toinho e que tem uma neta pequena com o mesmo nome que eu. Seu Toinho é um homem já com seus 60 anos de idade, branco, bem tranquilo e que aparentemente gosta muito de conversar. "Você é modelo?", pergunta ele - "Quem me dera", brinco eu. Aproveito a deixa para dizer que estou fazendo uma pesquisa sobre o Centro Histórico para terminar a faculdade, pergunto se ele mora por ali e ele responde negativamente, pergunto se só trabalha olhando para um comércio do outro lado da rua: "venho toda tarde, fico sentado aqui", responde ele como quem diz que é um trabalho, mas que passa o tempo todo sentado, observando e conversando com os amigos como se morasse ali.

3.1.2. Desterro

Figura 5 – Largo do Desterro



Foto: Nicole Pinheiro, outubro de 2018.

Março de 2018 (Segunda-feira - 15h40min)

Em uma visita posterior, conheci João, em conversa com ele pedi que me indicasse alguém para conversar, ele me deu o telefone de dois antigos moradores do CHSL: Dona Dadá e Seu Souza. Na segunda-feira seguinte a minha conversa com João resolvi tirar o dia para organizar as leituras e os campos e mandei mensagem para os moradores que ele havia me passado o contato na expectativa de marcar alguma conversa para os próximos dias. Já

eram 14h quando Souza, um desses antigos moradores, me respondeu e me perguntou se eu poderia encontrá-lo às 16h na igreja do Largo do Desterro, aceitei. [...] 15h40min, subi a ladeira rumo ao Largo do Desterro. Paralelo à Praça da Igreja do Desterro avistei um pequeno bar onde quatro homens conversavam, cumprimentei-os e olhei seus rostos como que para confirmar se nenhum deles era Souza, já que ainda não nos conhecíamos pessoalmente. Fiquei a esperar ali mesmo, encostei minha bicicleta e sentei numa pequena barra de concreto que cercava a praça. Enquanto esperava observava o lugar que tinha a “forma tradicional de um bairro de cidade pequena”, muito diferente da forma da Praia Grande e a parte de cima do Desterro que é muito mais movimentada e comercial. Percebi um pequeno grupo de pessoas jogando cartas no outro canto da praça em uma mesa de plástico, às vezes um saía, outro chegava, outros observavam, como que numa reunião interessante dos vários moradores. Pude escutar ainda um rádio tocando música e perceber um homem deitado sobre um papelão debaixo de uma árvore.

Os relatos acima remontam cenários cotidianos dos espaços da Praia Grande e Desterro e, talvez por serem corriqueiros, expressam bem algumas práticas específicas dessas áreas.

No primeiro relato, descrevo um dia agitado no bairro da Praia Grande, típico das sextas-feiras e dias de festas, quando o Reviver recebe visitantes. A inscrição um pouco apagada do “Proibido roubar na quebrada” na subida da ladeira, parece delimitar o lugar dos “de fora” e os “de dentro” num espaço em que um e outro se relacionam, mas não se confundem. Os vendedores preparam suas caixas de isopor com diversos tipos de bebida, comida e outros produtos, e descem com antecedência — a movimentação de visitantes costuma a acentuar-se depois das 18h — para guardar seus lugares na Praça Nauro Machado. Esses trabalhos informais compõe grande parte das atividades profissionais do CHSL, onde 54,66% dos moradores exercem alguma atividade econômica informal (PREFEITURA DE SÃO LUÍS, 2005), e encontram no turismo formas de se relacionar social e economicamente.

No segundo relato, descrevo uma tarde de segunda-feira em que as relações predominantes, não são entre visitantes e comerciantes como percebido no primeiro espaço, mas entre, o que parece, os próprios “moradores”. Essa primeira impressão de um bairro onde se observava “a forma tradicional de um bairro de cidade pequena”, propõe que o espaço descrito não parece experimentar as novas disposições da cidade, onde o espaço público não se confunde com o privado (CALDEIRA, 2000).

Ainda que próximos em termos de localização e arquitetura, e até mesmo se confundindo em alguns espaços, essas observações corriqueiras descrevem algumas diferenças entre duas extremidades: o bairro do Desterro - entre o Convento das Mercês e o Largo do Desterro -, e o bairro da Praia Grande - nas proximidades do Reviver. De um lado, prédios degradados e desocupados, grande fluxo de pessoas e interações majoritariamente comerciais; de outro uma única praça cercada por casas, lanchonete/bar e uma igreja, onde existe um grande fluxo de pessoas e interações, ao que parece, majoritariamente com perfil de vizinhança.

Percebendo que existem formas diferentes de interação com os espaços apresentados que produzem trocas entre espaço, fluxos e indivíduos, compreendo que existem “formas de habitar” que não dependem da ocupação física do lugar/casa, pois “habitar o mundo, ao contrário, é se juntar ao processo de formação” (INGOLD, 2012, p. 31).⁴⁰

Neste sentido, meu encontro com Toinho me permitiu delinear uma estratégia de encontros com os “moradores” do CHSL que não definisse uma concepção fixa de “morada”, pois ainda que não residisse no CHSL, Seu Toinho passava grande parte de sua vida naquele espaço, criando memórias. Nesse sentido, em um primeiro momento, utilizei dos “campos exploratórios” para perceber essa dinâmica entre espaço e indivíduo e me aproximar de interlocutores “chaves”, isto é, pessoas que me aproximavam das discussões do espaço. Num segundo momento, utilizei de indicações dos primeiros interlocutores para me apresentar a outros, criando uma rede de comunicações que pareciam formar um perfil de “moradores” que não necessariamente tinham casa (edifício) naqueles espaços, mas que tinham intensa relação com os mesmos.

3.2. O Patrimônio Vivo

Os “campos exploratórios” me permitiram estranhar os espaços que já me eram “familiares” (VELHO, 1970), conversar com pessoas nas ruas, fazer questionamentos, me inserir no espaço das ruas que circundam os casarões. A partir desses campos construí um roteiro semiestruturado de entrevistas⁴¹ que abarcava melhor o tema desta pesquisa e me permitiu conversar com dez pessoas sobre suas percepções e práticas sobre o CHSL.

⁴⁰ O conceito de “habitar” será retomado no próximo tópico.

⁴¹ Utilizei uma adaptação do roteiro criado para o Projeto de Pesquisa Científica “Sentidos e Práticas do ‘habitar’ no Centro Histórico de São Luís (Maranhão)”.

Iniciei essas conversas/entrevistas com cinco pessoas que eu já conhecia que dividi em quatro núcleos, em razão de que dois deles eram irmãos, e ao final de cada conversa pedia que essas pessoas indicassem outras. Essas indicações, no entanto, traziam sempre os mesmos nomes - algumas vezes um núcleo indicava alguém de outro núcleo e outras vezes mais de um núcleo indicava uma terceira pessoa -, conectando os núcleos e criando um perfil de “moradores”. Esse perfil, por sua vez, é formado por um grupo de pessoas que não necessariamente residem no Centro Histórico atualmente, mas que guardam um “arsenal de memórias”⁴² sobre o espaço ou que participassem ativamente de algum espaço de “organização da comunidade”⁴³.

É importante ressaltar que, apesar de utilizar de nomes fictícios na tentativa de não expô-los desnecessariamente, nove das dez pessoas com as quais conversei referem não ter problemas com a divulgação do seu nome, pois dizer seu nome parecia significar que faziam parte das memórias do lugar.

A seguir faço uma breve apresentação dessas pessoas na tentativa de aproximar o leitor daqueles que denomino “moradores” do Centro Histórico de São Luís, seus sentimentos e cotidianos.

Quadro 1- Dados dos entrevistados

NOME/IDADE	RELAÇÃO COM O CHSL/ ESPAÇO	TEMPO DE CHSL	OCUPAÇÃO/ ESPAÇOS ATIVOS
Nandinho 62	Trabalha, já morou (Desterro)	62 anos	Comerciante (Proprietário)
Diniz 54	Mora (Desterro)	54 anos	Liderança comunitária; Engajado com os espaços culturais e sindicatos do bairro.
Souza 56	Mora, trabalha (Desterro)	56 anos	Trabalha com publicidade (informal); Engajado com os espaços culturais do bairro.
João 45	Trabalha, já morou	45 anos	Trabalha com cultura popular; Funcionário da prefeitura; Engajado com os espaços culturais do bairro.
Riba 68	Mora, trabalha (Desterro/ Portinho)	68 anos	Comerciante (Proprietário); Engajado com os espaços culturais do bairro.

⁴² Neste sentido, “arsenal de memórias”, é colocado em seu sentido literal, propondo que as memórias fossem um mecanismo de defesa, expondo a história oral em contrapartida a “história oficial”.

⁴³ Desses “espaços de organização”, considero organizações como a União dos Moradores; lutas sociais como Luta por Moradia Popular, a Associação das Profissionais do Sexo do Maranhão (APROSMA); e espaços de organizações culturais como a escola de samba Flor do Samba.

Quadro 2 - Dados dos entrevistados

NOME/ IDADE	RELAÇÃO COM O CHSL/ ESPAÇO	TEMPO DE CHSL	OCUPAÇÃO/ ESPAÇOS ATIVOS
Helena 58	Mora, trabalha (Praia Grande)	50 anos	Proprietária de Hostel
Dadá ⁴⁴ 60	Mora (Desterro)	50 anos	Liderança comunitária; Engajada com os espaços culturais e sindicatos do bairro.
Sâmia 44	Mora, trabalha (Praia Grande)	22 anos (antes morava na Madre Deus)	Trabalha com projetos sociais e cultura popular; Engajada com os espaços culturais do bairro.
Ronaldo 22	Mora, trabalha (Praia Grande)	20 anos	Venda de lanches (informal); Engajado com os espaços culturais do bairro.
Reinaldo 24	Mora, trabalha (Praia Grande)	24 anos	Músico (informal); Liderança comunitária; Engajado com os espaços culturais bairro.

Seu Nandinho tem 62 anos de idade, é dono de um comércio no bairro do Desterro há vinte e cinco anos, recentemente comprou um prédio no bairro para alugar. Nasceu no Centro Histórico, morava no bairro do Desterro, mas se mudou para o bairro do São Francisco quando se casou. Esse fato nunca lhe impediu de frequentar o bairro de nascença diariamente - “Quando eu casei comprei uma casa pra lá, mas continuo aqui, todo dia, né?! De segunda à segunda eu tô aqui trabalhando e tô no Centro Histórico, né?!”. Para Nandinho, foi no período da sua juventude que o CHSL expressou sua fase mais significativa agregando não somente pessoas com bom nível cultural e poder aquisitivo mas também uma situação de quase não violência, especialmente se compararmos com a atualidade. Segundo ele, hoje é arriscado, tem pouca segurança, não tem emprego e a juventude deixou o gosto pelos estudos. “Antigamente era melhor”, diz ele, hoje não tem estrutura, não tem incentivo ao turismo, a “lei” só se interessa em “ajeitar coisas do Estado”, praças e igrejas, “o resto, que caia”.

Diniz mora no Centro Histórico desde que nasceu há 54 anos - “Nasci na Rua da Estrela”. Morou por dez anos fora de São Luís, com o tempo arrecadou dinheiro para comprar um terreno no bairro Desterro, como era um terreno de herança teve algumas dificuldades para conseguir concluir a compra. Em suas falas há grande conhecimento pela história do

⁴⁴ Utilizo juntamente com os dados desta pesquisa, uma entrevista realizada em 23 de maio de 2016 pela professora Dra. Martina Ahlert e o colega de graduação Edilson de Jesus Sá para o então Projeto de Pesquisa Científica “Sentidos e Práticas do ‘habitar’ no Centro Histórico de São Luís (Maranhão)”, reitero aqui que pedi autorização a Dona Dadá para utilizar essa entrevista no presente trabalho.

bairro, um orgulho por fazer parte dessa história e disposição para desmistificar os estigmas construídos sobre o bairro - “As pessoas não valorizam as pessoas que construíram o Centro Histórico... Que realmente construíram...”. Diniz já participou da União dos Moradores, participa da formação da escola de samba do Centro Histórico a Flor do Samba e constrói espaços de luta por moradia popular no CHSL.

Seu Souza tem 56 anos de Desterro, nasceu ali. Nesse tempo, morou em pelo menos quatro casas, sua família, oriunda da baixada maranhense, trabalhava com pesca, e assim conseguiram comprar a casa que ele mora atualmente. É engajado com a escola de samba do bairro, fez parte de grande parte da história do bairro, do qual tem muito apreço, “Foi o primeiro bairro de São Luís, foi aqui”. Ele lembra o *glamour* que o Centro Histórico teve no passado, mas relata que com o crescimento da cidade, o Centro foi “abandonado” e surgiram os “problemas de moradia”. O morador relata que, a falta de organização do “governo” faz com que não tenham serviços básicos no bairro, como farmácia, que “não tem segurança, não tem moradia”, que a “ausência extrema do poder público” faz com que a “galera de fora” venha “invadir” os prédios abandonados, mas que “ainda é um bairro gostoso de se morar... Aqui é tranquilo, pô!”. Para ele “o pessoal de cima, só tá passando” [ele se refere ao espaço acima do Convento das Mercês], ali onde ele vive não, é onde vivem “as famílias” que já estão ali há muitos anos.

João tem 45 anos e nasceu no Centro Histórico, sua família adotiva é oriunda da baixada. Ele conta, que nesse meio tempo se mudou do Centro Histórico, e hoje reside na Estrada de Ribamar⁴⁵, mas “não consegue” sair do CHSL - “O Centro é minha vida, o Centro é minha história...”. João é pedagogo e é engajado com questões sociais e culturais nos bairros da Praia Grande e Desterro.

Seu Riba é um dos moradores mais indicados pelos outros, justamente por ser um dos moradores mais antigos do bairro do Desterro. Nascido na baixada maranhense por uma coincidência do destino, numa viagem que sua mãe fez ainda grávida para acompanhar seu pai que foi trabalhar com a produção de arroz, viveu toda sua vida no bairro do Desterro e Portinho, onde sua família criou comércio. Segundo ele conheceu o Brasil todo trabalhando como caminhoneiro, mas hoje é dono de um bar no bairro que abre apenas depois do pôr do sol, deixando seu dia livre para conversar com a vizinhança. Seu Riba não deixou que eu fizesse praticamente nenhuma pergunta, sua empolgação em me contar o que outrora era o

⁴⁵ São José de Ribamar é um município que pertence à Região Metropolitana de São Luís, e integra a Ilha de Upaon-Açu juntamente com os municípios São Luís, Paço do Lumiar e Raposa.

bairro do Desterro e a calma que seu bairro passa aos que o visitam se estendiam por horas a fio - “É impressionante como as pessoas passam de carro e ficam olhando, batem foto... Porque não se vê mais essa coisa em São Luís... De tanta violência... Mas graças a Deus aqui não tem...”.

Dona Helena nasceu no município de Santa Inês no interior do estado do Maranhão, mas vive no Centro Histórico há pelo menos 50 anos. Morou em pelo menos três casas no CHSL, até herdar a casa em que mora hoje, que também é pousada com a qual trabalha há 20 anos. Para Helena, o título de Patrimônio Histórico da Humanidade foi o que melhorou o Centro Histórico, pois trouxe muita gente para esses espaços que antes estavam “abandonados”. Entretanto, explica que com o tempo o Centro voltou a ficar abandonado, não há mais incentivo ao turismo e isso é muito ruim para o trabalho. - “Ele [ela refere-se ao governador Flávio Dino] vai trazer gente rica pra cá? Não vai trazer gente rica pra cá... Abandonou... Eles são elite. Aí onde é que tá elite? Na orla, Renascença... Pra cá pro Centro Histórico ficou só o que? A pobreza...” Mesmo assim Dona Helena não pensa em se mudar do Centro - “Eu gosto de morar aqui, eu não me vejo morando em bairro... Essa tranquilidade do sábado, domingo, feriado... Eu amo esse silêncio que fica... [...] Não me vejo morando em bairro, gosto muito da minha casa...”.

Dona Dadá é uma personagem bastante conhecida no Centro Histórico, já com seus 60 anos de idade, nasceu na baixada maranhense e se mudou ainda muito nova para São Luís. Há quase 50 anos na capital, nunca saiu do CHSL, quando chegou ali se instalou em um casarão no qual viveu durante 30 anos, esse casarão foi vendido para um proprietário estrangeiro que a transformou em uma pousada. Assim, Dona Dadá se mudou para um outro prédio histórico que acabou desabando por conta das goteiras que “acabaram com o telhado”, hoje Dona Dadá reside numa ocupação informal no bairro do Desterro há pelo menos 10 anos. Quando mais nova trabalhou como profissional do sexo e hoje participa ativamente da Associação das Profissionais do Sexo do Maranhão (APROSMA), trabalha como “vendedora ambulante” e é importante liderança comunitária no CHSL, acompanhando as associações do bairro, as atividades culturais como o Bumba Meu Boi Lendas e Magias do Centro Histórico, e a luta por moradia popular no CHSL, diante de tantas atividades Dona Dadá reitera que é difícil encontrá-la em casa. Para ela, o poder público deve investir em moradia popular no CHSL para as pessoas que são oriundas daquele espaço para que essas pessoas possam permanecer no seu lugar de origem, além disso, o poder público deve se empenhar em criar oportunidades para os jovens que habitam o lugar e são constantemente marginalizados.

Sâmia nasceu no bairro da Madre Deus e aos seus 22 anos se mudou para a Praia Grande. Hoje, com seus 44 anos faz parte de um projeto social que aproxima a cultura maranhense das “crianças de rua” do Centro Histórico. Em suas falas há sempre um comparativo do Centro Histórico de outrora com o de hoje - “Eu consegui resistir a todas as etapas do Centro... Eu acompanhei Faustina que era minha amiga... Eu com 18 anos, Nauro era meu amigo, Nauro era meu parceirão...”. Lembra que o Centro Histórico já abrigou grandes figuras da cultura maranhense, mas que hoje está “abandonado pelo poder público” - “O Centro Histórico tá em decadência, aqui o Centro Histórico virou uma cracolândia e os poderes públicos não tão nem aí [...] os moradores estão indo embora daqui, as pessoas, que querem levar uma vida social”. Ela também acredita que a falta de políticas públicas faz com que as pessoas de fora venham “bagunçar” o Centro Histórico.

Os irmãos **Ronaldo**, de 22 anos, e **Reinaldo**, de 24 anos, são os moradores mais jovens que tive a oportunidade de acompanhar, sua família veio do interior do Maranhão para São Luís e desde então habitam o CHSL. Moram ali desde que nasceram, mudaram-se algumas vezes para bairros como a Madre Deus e Sá Viana, mas sempre voltavam para o Centro Histórico. Ronaldo lembra de ter morado em pelo menos 7 casas só no Centro Histórico, já Reinaldo lembra de 5, mas em rápida conversa com sua mãe ela diz ter passado por pelo menos 11 casas. Para Reinaldo existem várias respostas para essa grande mobilidade, problemas estruturais dos casarões, como goteiras, algumas vezes os “donos” dos prédios reivindicam, ou os aluguéis aumentam, e isso faz com que as pessoas precisem se mudar. Hoje a família mora numa casa cedida no bairro da Praia Grande. Apesar de mais jovens do que os outros com quem conversei, os dois se mostram conhecer a história do lugar em que vivem, têm posições sobre os prédios “abandonados” e sobre a falta de moradia e não se veem morando fora do Centro Histórico. Os dois participaram de projetos de educação patrimonial no bairro quando pequenos e de outros projetos do bairro como campeonatos e a Banda do Bom Menino, hoje Ronaldo trabalha vendendo lanches no bairro e Reinaldo segue a carreira de músico.

3.3. O problema da habitação

Figura 6 – Pixo em janela interditada no bairro da Praia Grande



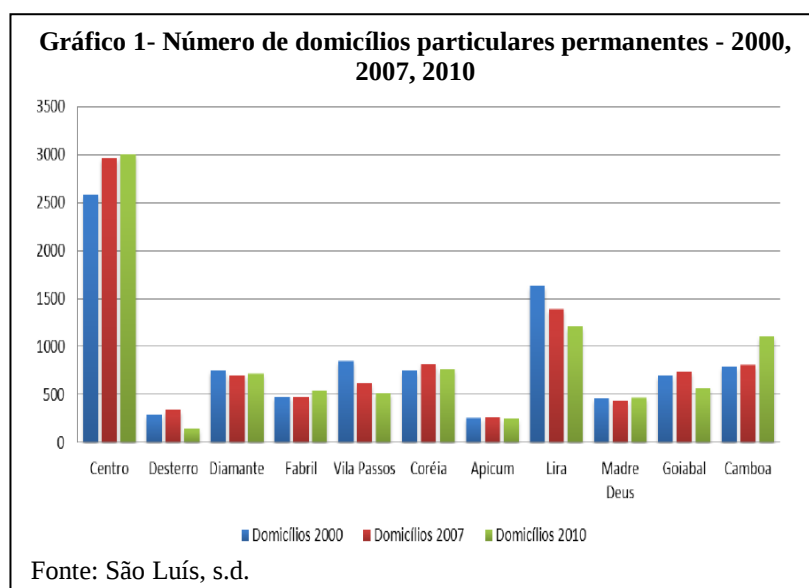
Foto: Nicole Pinheiro, maio de 2018

O “problema da habitação” é parte do discurso dos “moradores” do CHSL no que diz respeito à moradia popular, no entanto, as discussões sobre as práticas, sentidos e políticas públicas do “habitar” nesse espaço tem sido recorrente em diversas pesquisas sobre o CHSL nas últimas décadas. Andrès (2006) e Cardoso (2012) discorrem sobre o processo de revitalização do CHSL e algumas de suas políticas de habitação; Chaves (2012) e Corrêa (2011) dialogam sobre os projetos de educação patrimonial no bairro do Desterro; Ferreira (2005) e Silva (2005) nos apresentam algumas das representações que os “de dentro” fazem sobre o bairro do Desterro; Cordeiro (2015) desperta um olhar etnográfico sobre os “moradores de rua” que frequentam, e também habitam as ruas do CHSL; Ahlert (2017) propõe uma análise das várias formas de “habitar” o CHSL; dentre outras inúmeras pesquisas de diversas áreas do saber que se interessam por pensar os espaços do antigo centro da cidade e suas transformações no decorrer dos anos. Acima de tudo, essas pesquisas partilham de uma mesma problemática: a ocupação e preservação do Centro Histórico de São Luís após a expansão da cidade a partir da década de 1970.

Diante da recorrência da temática de ocupação do antigo centro nas diversas pesquisas sobre a área, assim como nas falas de meus interlocutores, compreendo que o “problema da habitação” é parte dos sentidos que esses “moradores” fazem da área em que habitam. Para eles, só é possível preservar se houverem moradias dignas para aqueles que são oriundos da área e compõem, em suas palavras, o “Patrimônio Vivo do Centro Histórico de São Luís”.

Conservação de Patrimônio Histórico não depende apenas da conservação do patrimônio material, do patrimônio físico. É necessário que o patrimônio humano, as pessoas que formam, né?! Que tem o capital cultural, e que tem o capital social, que dão sustentabilidade pro Centro Histórico sejam vistas com prioridade. Se não tiver essas pessoas aqui, se não tiver essas comunidades, se não tiver essas pessoas aqui no Centro Histórico, não existirá vida no Centro Histórico, quem dirá patrimônio. Então não adianta o governo do estado, a prefeitura municipal de São Luís, o governo federal, fazerem grandes obras de revitalização do Centro Histórico, se não pensam na alma do Centro Histórico, no que dá vida pra ela que são os moradores. (Diniz, em Audiência Pública sobre Direito à Moradia Digna no CHSL ocorrida em maio de 2018)

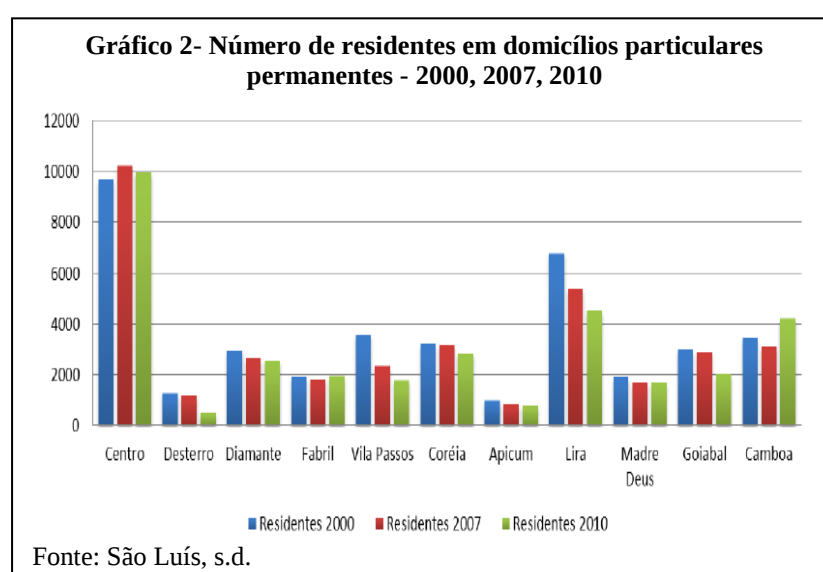
Em documento recente cedido pelo Instituto da Cidade, Pesquisa e Planejamento Urbano e Rural (Incid), São Luís (s.d.), faz uma comparação de dados sobre os Domicílios Particulares Permanentes (DPP)⁴⁶ no distrito do CHSL em sua composição de 11 bairros, nele é possível perceber um decréscimo no número de DPP ocupados no bairro do Desterro, assim como o número de seus residentes.



De acordo com os “moradores” com os quais tive contato, esse decréscimo é fruto de diversos motivos: aumento de aluguel, problemas estruturais de prédios, retomada da propriedade antes cedida pelo proprietário original, e falta de serviços básicos na área (comércios, farmácias, hospitais) e políticas públicas (segurança, cultura, moradia).

⁴⁶ De acordo com os Conceitos e Definições do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para o Censo Demográfico de 2010, são considerados Domicílios Particulares Permanentes “o domicílio que foi construído a fim de servir exclusivamente para habitação e, na data de referência, tinha a finalidade de servir de moradia a uma ou mais pessoas”.

Neste contexto, enquanto alguns dos antigos moradores do CHSL acabam se mudando para outros bairros, outros insistem em permanecer no CHSL criando um movimento de grande mobilidade na comunidade, e, ainda, a chegada de novos indivíduos oriundos de outros bairros, estados e países contribuem para embates entre antigos e novos “moradores” que percebem a área de formas diferentes. Esses “embates” são parte dos sentidos que meus interlocutores têm do lugar em que habitam, os quais descrevo no próximo capítulo, aqui, me empenho em apresentar-lhes a conjuntura atual das discussões sobre moradia popular no CHSL.



De acordo com o processo histórico que lhes apresentei no primeiro capítulo deste trabalho, compreendo que as Políticas de Habitação no Centro Histórico de São Luís integram as Políticas de Conservação e Revitalização do CHSL como Patrimônio da Humanidade. No entanto, através de conversas e entrevistas experiências em campo, pude perceber que a inserção de políticas de habitação para pessoas com baixa renda que residem no CHSL, são recentes.

Segundo Andrès (2012), o PPRCHSL foi pioneiro, possibilitando estratégias de políticas de habitação promovidas pelo Estado no Centro Histórico, já que suas políticas de revitalização levavam em conta a manutenção do uso residencial nas áreas do CHSL, assim como assistência e promoção social, geração de emprego e renda. Em contrapartida, as políticas de habitação pensadas pelos órgãos governamentais para o CHSL, eram frequentemente direcionadas para a classe média, em exemplo da Morada das Artes - destinada a artistas - e as moradias para funcionários públicos, que se esvaziaram com tempo

por falta de interesse do público destinado, foi apenas com a criação do Plano de Revitalização do Centro Histórico e o Plano de Habitação do Desterro que, com a Caixa Econômica e a Fundação Municipal de Cultura (FUNC), surgiram os primeiros projetos de Habitação de Interesse Social (HIS) no Centro Histórico.

Em 2016 pesquisei, através do projeto “Sentidos e Práticas do ‘habitar’ no Centro Histórico de São Luís (Maranhão)”, “a ocupação formalizada e gerida pelo poder público em habitações de interesse social” e tive a oportunidade de conhecer algumas das práticas iniciais das políticas de “Habitação de Interesse Social”⁴⁷ no CHSL que hoje conta com uma única unidade de HIS, localizada na escadaria da Rua Humberto de Campos 107 no bairro da Praia Grande, em funcionamento, e outras duas obras na Rua da Palma 195/205 e Rua do Giz 445 que também servirão de unidades habitacionais para famílias de baixa renda do CHSL, com 14 e 8 apartamentos respectivamente⁴⁸.

A proposta de repensar o Centro Histórico em torno de questões de habitação começou com o Plano de Reabilitação do Centro Histórico – escrito em 2004 e lançado no ano seguinte. A iniciativa contou com dinheiro da Caixa Econômica Federal e também com a parceria da Junta de Andaluzia. Nele se identificou os índices de déficit habitacional e os casarões ocupados e não ocupados no espaço. Foi no âmbito do Plano que se decidiu a reforma desse casarão [da Humberto de Campos], apesar dos altos custos que implicam obras desse tipo. Atualmente existem outros projetos em andamentos, que transformarão casarões em Habitação de Interesse Social (um deles na Rua do Giz 445 e outro na Rua da Palma 195/205), com recursos do IPHAN e do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC – do governo federal). Ainda não foi feita a seleção das famílias que ocuparão esses casarões, mas a FUMPH mantém um cadastro atualizado com 346 famílias registradas – todas vivem no Centro Histórico, mas não possuem imóvel próprio. (AHLERT, 2017)

O casarão pensado como projeto piloto de Políticas de HIS no CHSL é um prédio de construção relativamente contemporânea se comparado à maioria dos casarões históricos. Justamente em razão de suas características estruturais mais atuais é que o prédio, cedido pela União, foi escolhido, já que a construção atual permitiria custos menores na revitalização. Mesmo assim, problemas de recursos e licitações atrasaram as obras do casarão que só foi inaugurado no dia 4 de novembro de 2011, quase sete anos depois da discussão do projeto. A

⁴⁷ O Programa Habitação de Interesse Social, por meio da Ação Apoio do Poder Público para Construção Habitacional para Famílias de Baixa Renda, objetiva viabilizar o acesso à moradia adequada aos segmentos populacionais de renda familiar mensal de até 3 salários mínimos em localidades urbanas e rurais.

⁴⁸ Ver **Moradores do Centro Histórico visitam obra de habitação social**. Disponível em: <<http://www.agenciasaoluis.com.br/noticia/569/>>; e **Prefeitura recupera casarões para habitação social no Centro Histórico**. Disponível em: <<http://www.agenciasaoluis.com.br/noticia/9613/>>. Acesso em setembro de 2018

ocupação dos apartamentos foi pensada para dezoito famílias (o número de pessoas na família era importante) oriundas do CHSL e de baixa renda que trabalhassem como vendedores ambulantes, e foi decidida através de sorteio sobre cadastro realizado pela Fundação Municipal do Patrimônio Histórico (FUMPH) em parceria com a União de Moradores do Centro Histórico. Até a data de conclusão de nossa pesquisa em 2017, o prédio de três pavilhões ainda abrigava as mesmas dezoito famílias para as quais tinham sido entregues os apartamentos cinco anos antes, ainda que tivessem ocorrido modificações no interior dessas famílias (divórcios, mortes, casamentos, etc). (AHLERT, 2017)

Atualmente, as obras da Rua da Palma 195/205 e Rua do Giz 445 ainda estão esperando nova licitação, pois ao longo dos anos as construtoras anteriormente contratadas declararam falência e abandonaram a obra. Para os moradores, essa prática é fruto do descaso do poder público sobre a comunidade do CHSL.

Em maio de 2018 a FAU- UEMA, por intermédio da FAPEMA e coordenação da arquiteta Helena Galiza⁴⁹, realizou em evento intitulado “Habitar Para Preservar o Centro Histórico de São Luís”⁵⁰ que retomava as discussões sobre moradia popular na área⁵¹. Ao final do evento, levantou-se a necessidade de tornar as discussões sobre “habitar para preservar” permanentes, o que culminou na formação de um grupo de pesquisas e ações de mesmo nome do evento, formado por moradores, líderes comunitários, artistas, professores, estudantes, intelectuais e demais defensores da causa do Direito à Moradia⁵².

Como integrante desse grupo participei de ações em apoio a algumas das ocupações “informais”⁵³ desencadeadas recentemente em que, entre outras práticas, fizemos um levantamento das atuais ocupações nas áreas do Desterro e Praia Grande, constatando um número de 10 prédios ocupados, sendo 7 destinados a moradia e 3 destinados a movimentos culturais, o tempo de ocupação desses prédios que se dividem em propriedades públicas e privadas, variam entre dez anos e três meses e abrigam um total de quase 100 famílias oriundas do Centro Histórico ou de bairros periféricos da cidade.

⁴⁹ **Helena Rosa dos Santos Galiza**, Doutora em Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro (2010-2015), pesquisadora do Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza/ IPPUR/ UFRJ e do Grupo de Pesquisa Habitação, História e Urbanismo GPHHU do PROURB/FAU/UFRJ. Ver lattes em: <<http://lattes.cnpq.br/5795418180200299>>.

⁵⁰ Ver Nota 3.

⁵¹ Ver “**Helena Galiza fala sobre potencial dos centros históricos**”. Disponível em: <<http://www.ma10.com.br/2018/05/23/arquiteta-helena-galiza-fala-sobre-potencial-dos-centros-historicos/>>. Acesso em setembro de 2018.

⁵² Ver APÊNDICE.

⁵³ Denomino “ocupações ‘informais’” os casarões ocupados de maneira informal, pois seus moradores não tem qualquer tipo de documento relacionando o casarão a sua morada (como documento de posse, contas de luz e água, entre outros...), em que muitas vezes instalam sua moradia, por perceber que o prédio estava abandonada.

O crescimento do número de ocupações no último ano - quatro só neste ano - parecem surgir dos moradores como estratégias de pressionar o poder público em prol da implementação de um programa de habitação popular no CHSL.

4. CAPÍTULO 3: AS NARRATIVAS DE PERMANÊNCIA

Neste capítulo discorro sobre o que denomino “Narrativas de Permanência”, que entendo por discursos e práticas dos meus interlocutores sobre sua permanência enquanto “patrimônio vivo” do CHSL na luta por moradia popular no espaço. No primeiro momento relembro as fronteiras sociais identificados por Silva (2005) e Ferreira (2012), para apresentar ao leitor as categorias dos “de dentro” e dos “de fora”, na tentativa de analisar os sentidos que esses “moradores” têm do conceito de “habitar”. Em seguida, apresento situações que pude ouvir ou presenciar, que demonstrem os desencontros entre “moradores” e Estado, que trazem a ideia de “abandono” como denúncia de um Estado seletivo. Por fim, utilizo da ideia de “fala do crime” utilizada por Caldeira (2000) para apresentar os discursos sobre a presença da criminalidade no CHSL expostos pelos meus interlocutores, que acionam argumentos referentes à sua permanência neste espaço.

4.1. Quem é “de fora” e quem é “de dentro”?

Meus interlocutores se consideram “moradores” do Centro Histórico de São Luís, todavia, como já colocado neste trabalho, nem todos eles residem atualmente no espaço do CHSL. Essa categoria de “morador” acionada pelos meus interlocutores parece levar em conta algumas características da relação entre “morador” e o espaço do CHSL que aqui eu arrisco denominar “sentimento de pertença”:

Lugar onde se mora, onde se habita, e onde se constrói individualidades e sentimentos de si e de civismo. Lugar onde se encontra a reciprocidade e a animosidade, capazes de fortalecer os sentidos de amor e de ódio, intensos, misturados, que tornam o viver a cidade como algo mais do que apenas morar nela. Que torna a experiência comum em alguma coisa especial que faz parte do corpo individual, porque cultural e social, de quem nela habita. E este habitar, este morar, transcende o estar na cidade, onde o indivíduo estiver este lugar de pertença continua nele, pulsa nele, se remonta nele, como memória e como significações últimas de quem se é. (KOURY, 2017, p.29)

Por conseguinte, ter nascido ter “passado a vida toda” naquele espaço, estar inserido em algum movimento cultural ou causa social daquela comunidade, e fazer parte de um grupo reconhecido por esses traços, são características percebidas como fundamentais para indicar quem é “de dentro” e quem é “de fora”.

O ser “de dentro” e “de fora” (SILVA, 2005), no entanto, não é uma indicação fixa, pois depende do consenso do grupo e do entendimento do outro em um dado momento. Por exemplo, durante minhas conversas com as pessoas que acompanhei houve momentos em que dei informações sobre minha relação com CHSL na tentativa de me aproximar dessas pessoas. De acordo com a informação apresentada por mim - “Ah, Fulano?! Eu conheço”; “Participei do evento X, sobre habitação no Centro Histórico”; “Naquela época eu ainda morava por aqui” -, eu podia ser, ou não, inserida em um conjunto de memórias implícitas ao meu interlocutor - “Você sabe, né?!”; “Lembra disso?!” - , que no seu entendimento, eu também deveria compartilhar. Nesse sentido, a forma como eu me colocava sobre o CHSL, me classificava ora como “de dentro”, ora como “de fora”.

Lugar coletivo, por excelência, em que individualidades são elaboradas como substratos de reciprocidade e reconhecimento. Como semelhantes que espaço-temporalmente vivenciam experiências próprias do lugar e as reelaboram como sentimentos particulares. E com sentidos e diferenças que marcam as inserções individuais do coletivo, como curvas da vida que não se repetem, mas que se compreendem e se complementam e se exploram e se descobrem enquanto cadinho cultural e emocional comuns, como **memória social**. (p. 29)

Essas classificações foram propostas em todo o tempo em que acompanhei essas pessoas, às vezes indicando alguém como “de dentro”, às vezes rejeitando alguém como “de fora”, sempre levando em conta o conhecimento que se tem sobre o indicado e o rejeitado.

Em determinado momento do ano de 2018, o grupo “Habitar para Preservar o Centro Histórico de São Luís” caminhava pelas ruas da Praia Grande e Desterro para realizar um levantamento do número de prédios ocupados “informalmente” por sujeitos e famílias que constituem moradias coletivas e/ou sedes de atividades culturais, nessa caminhada nos acompanhou Dona Dadá, engajada na causa de moradia popular para o CHSL. Enquanto percorremos as ruas avistamos um casarão⁵⁴ com janelas abertas, flores e cortinas em suas sacadas, que nos pareceu se tratar de uma ocupação “informal” de moradia, batemos a porta e não obtivemos resposta. Dona Dadá nos informou que ali era sim uma ocupação “informal”, mas que ela não conhecia as pessoas que ali moravam, por isso era melhor não levarmos em conta, já que seus residentes não deviam ser do CHSL.

⁵⁴ Este casarão foi dos dois que conhecemos no projeto “Sentidos e Práticas do ‘habitar’ no Centro Histórico de São Luís”, em que conversamos com quatro dos seus moradores. De acordo com estes moradores, o casarão foi ocupado por pessoas que “já viviam no espaço do Centro Histórico e muitos se conheciam [entre si]”. (AHLERT, 2017, p. 26)

Nesta perspectiva, residir naquele espaço não garante que uma pessoa “pertença” a ele, assim como não residir não exclui que um indivíduo “habite” o lugar. Para Souza, morador do Desterro, essas disposições parecem óbvias quando lhe pergunto a diferença de quem mora no Desterro, abaixo do Convento das Mercês, e quem mora na Praia Grande, ao que ele me responde que quem mora no Desterro “é família”, pessoas que moram ali há anos, que nasceram ali, e quem mora na Praia Grande “tá só de passagem” e não vai ficar lá por muito tempo.

[illegible]

54

Figura 7 – Mapa delimitando a Região do Desterro do bairro do Desterro

Fonte: Ferreira (2012)

[illegible]

55

e segunda secção/fronteira não eram ocupados da mesma forma ou pelos mesmos grupos da década de 1970, enquanto que a terceira secção/fronteira parecia comportar o mesmo tipo de ocupação que outrora.

[...] essa degradação e possível ‘invasão’ do Desterro por pessoas advindas de outros bairros ou mesmo de outros lugares, implicou em uma nova sociabilidade para os moradores deste. Assim, percebe-se em alguns relatos vestígios de uma classificação em que moradores antigos se diferenciam dos que não foram criados no bairro. Esse últimos, na maioria das vezes, são retratados como pessoas ‘esquisitas’ e ‘desconhecidas’, explicitando uma classificação dos moradores com base na diferença entre os que são de ‘dentro’ e os que são de ‘fora’[...] alguns moradores buscam de alguma forma delimitar os espaços ocupados por esses moradores “de fora”. Contudo, é importante ressaltar que estes não ocupam um local específico dentro do Desterro, embora não se possa negar que existe uma concentração na região onde abrigou a antiga ZBM. (SILVA, 2005, p.156)

Neste contexto lembro, ainda que meus interlocutores se identifiquem com um desses espaços, e que adotem discursos que confirmem a existência dessas secções/fronteiras sociais dentro desses espaços, suas classificações levam em conta o ser “de dentro” e o ser “de fora”. Assim, uma pessoa pode residir na terceira secção/fronteira e não ser “de dentro”, ou pode residir na primeira secção/fronteira e não ser “de fora”, e pode inclusive não residir em nenhum desses espaços e ser “de dentro”, pois “tudo é Desterro” (FERREIRA, 2005), tudo é Centro Histórico. O que define o “ser dentro” e, portanto, o pertencer ao Centro Histórico, é a relação do indivíduo com as memórias do lugar e com as pessoas que fazem parte dessas memórias.

Pertencer, deste modo, não é apenas ser, mas estar no mundo. É ser e estar no e em um mundo específico, de trocas emocionais intersubjetivas, que funda uma cultura emotiva dada, e no que se reconhece como o lugar seu, de origem, e a partir desse lugar pode reconhecer a si mesmo, como pessoa, e aos outros relacionais ou não. (KOURY, 2017,p.18)

Essas classificações entre os “de fora” e os “de dentro” são acionadas para justificar a necessidade de permanência dos “de dentro” nesses espaços, informando suas condições como “patrimônio vivo” do CHSL como base da reivindicação de políticas públicas referentes à habitação neste espaço, mas também como forma de expor a presença dos “de fora”, que são comumente relacionados às características negativas do CHSL, como consequência do “abandono” do poder público em relação ao lugar.

4.2. “O resto, que caia!”: Desencontros entre Estado e “morador”

Em 2018 acompanhei uma reunião de mediação entre os ocupantes “informais” de um prédio localizado no bairro do Desterro e uma associação representante de um projeto aprovado para ser sediado nesse mesmo prédio. A situação era a seguinte, o prédio havia sido ocupado “informalmente” por “moradores” do Centro Histórico que pretendiam transformá-lo em um espaço de atividades culturais produzidas e consumidas pela comunidade, pouco depois de terem ocupado o prédio a representante de uma associação apareceu com um documento, datado do ano anterior, que comprovava que o prédio estava destinado a esta associação e que esperava licitação para o início das obras.

O prédio do governo estava “abandonado” há 15 anos e há algum tempo servia de abrigo para usuários de drogas, o que, segundo os moradores, marginalizou a área e seu entorno que era evitada pelas pessoas que frequentam e habitam o bairro. Na reunião de mediação, esse era o principal argumento dos moradores, que já tinham retirado os usuários de drogas do prédio sem nenhum embate, limpado o espaço, colocado portas e fechaduras, pintado a fachada conferindo “mais vida” ao lugar e vinham organizando atividades culturais desde então. A ocupação do prédio pelos moradores era um movimento legítimo para eles, que questionavam o aparecimento repentino desse documento após 15 anos de abandono do prédio, logo depois da ocupação e limpeza do lugar, e o porquê do projeto da associação interessada ter sido destinado ao prédio sem qualquer consulta dos moradores que eram os reais pertencentes à área.

Em contrapartida, os representantes do Estado e município presentes na reunião tentavam explicar que o projeto tinha sido discutido há alguns anos e que ainda não haviam começado as obras porque esperavam por licitação, também lamentaram a falta do diálogo com a comunidade sobre a decisão de sediar a referida associação no prédio em questão, mas ressaltaram que seria inviável cancelar um projeto já custeado para aquele lugar. O representante do IPHAN presente na reunião, explicou que o prédio era integrante de uma área tombada e, por isso, pintar fachadas ou fazer qualquer alteração influenciavam na preservação do patrimônio e por isso precisavam ser autorizadas previamente, além disso, era perigoso para os ocupantes permanecerem em um prédio “abandonado” há tantos anos, pois sua estrutura podia estar prejudicada. Por fim, os representantes parabenizaram a “finalmente organização dos moradores em favor dos seus direitos”.

Para os moradores essas explicações não pareciam fazer sentido: como limpar um prédio “abandonado” há anos, colocar portas e pintar uma fachada colorida podia prejudicar a preservação do mesmo? Ademais, o prédio não era de arquitetura histórica, como poderia ter sido tombado? Por que um projeto qualquer tinha mais legitimidade que os “moradores” daquela comunidade que viviam ali e cuidavam do prédio?

Dona Rosa, “moradora” do Centro Histórico há 70 anos denunciava “a nossa comunidade está cheia de artista, só não tem oportunidade”. A “moradora” contou que viveu toda a vida no Centro Histórico de São Luís, mas que teve que se mudar do bairro porque não tinha onde morar. Em resposta ao suposto perigo que a estrutura do prédio podia apresentar aos ocupantes informais, explica: - “Essa estrutura que você disse, ela tá mais segura que a minha vida”. Por fim, os moradores asseguravam que a luta pelos direitos à moradia já perdurava anos e que eles sempre estiveram organizados em favor desses direitos.

Os desencontros entre “moradores” e representantes do Estado transpareceram, por toda a reunião. Enquanto o representante do IPHAN explicava que, apesar do prédio não ser de arquitetura colonial era um prédio tombado, pois pertencia a uma área de preservação, percebi que essa explicação não interessava aos “moradores” do CHSL, que se sentiam abandonados pelo poder público e viam nessa reunião a oportunidade de confrontar o Estado e desabafar as suas angústias.

Em dado momento da reunião os representantes do Estado levantaram a possibilidade de encontrar outro prédio do Estado que pudesse abrigar o projeto que os ocupantes pretendiam na ocupação. Dessa forma, quando a licitação fosse aprovada para o início das obras no prédio em questão, os “moradores” deveriam desocupar o prédio, mas teriam outro lugar para continuar suas atividades de forma definitiva. Os “moradores” não entenderam o que foi colocado e retrucaram dizendo que só sairiam do prédio ocupado para outro prédio que fosse definitivo e questionaram o porquê de não poderem permanecer ali enquanto as obras ainda não tivessem iniciado. Percebiam que as duas partes compartilhavam da mesma proposta, mas a comunicação parecia falha, os “moradores”, acostumados a confrontar o Estado para garantir os seus direitos, demoraram a perceber a suposta abertura oferecida pelos representantes.

A representação desses desencontros esteve presente em todo meu campo de pesquisa nas falas dos meus interlocutores, que muitas vezes se tornavam dicotômicas, pois ao mesmo passo que denunciavam o “abandono” do poder público sobre o CHSL, expunham a importância do título de Patrimônio da Humanidade e das leis de preservação.

Seu Nandinho, por exemplo, explica: - “O IPHAN faz o certo!” se referindo às leis de preservação do patrimônio, ao mesmo tempo em que acusa o “abandono” dos casarões do Estado que são ocupados pelos habitantes do Centro Histórico que não tem onde morar, criticando que o IPHAN acaba reformando somente as praças deixando os casarões à deriva.

As reclamações das excessivas reformas em praças e ruas e do “abandono” dos prédios são muito frequentes nas falas dos “moradores”. Reinaldo, morador do bairro da Praia Grande, onde o turismo é mais incidente, lembra que a praça Nauro Machado e Valdelino Cécio, localizadas no Reviver, já passaram por pelo menos três reformas no decorrer dos anos e critica a transformação de vários prédios em repartições do governo e galerias de artesanato que não são produzidos pelos moradores da área

Tá tudo virando artesanato, daqui um tempo vai ter um mini-shopping de artesanato. [...] Se rolasse um comérciuzinho de boas, seria até mais interessante do que aquele bando de repartição. Só repartição. Residencial mesmo, ali tem poucos prédios que são residenciais, a maioria dos prédios é de repartição mesmo, ou museu. Nem tanto museu, mais repartições.

[O Centro Histórico] é bastante visitado, mas poderia ser mais, poderiam aproveitar melhor aquela região. Inclusive, acho que se tivesse moradia ali, se os prédios fossem pra residência, daria um movimento maior, porque às vezes os turistas ficam até vulneráveis, porque não tem moradia, os prédios são todos fechados. Ai tão lá fotografando, ou conhecendo mesmo, às vezes são...acabam sendo roubados, por conta dessa falta de movimento. [...] Tem policiamento, tem as repartições, mas a noite e no final de semana, não tem assim muito movimento. (Reinaldo, Abril de 2018)

Outra denúncia frequente é referente à aplicação das leis de preservação do patrimônio, os “moradores” questionam o porquê de essas leis serem aplicadas somente para os moradores dos casarões, enquanto os casarões ocupados pelas repartições não parecem seguir essas regras: - “No IPHAN tem um elevador, onde é que elevador é coisa histórica?! Agora, se eu quiser pintar a fachada da minha casa tenho que fazer todo um projeto porque é patrimônio”.

Cabe destacar aqui que os “moradores” com quem conversei mostravam certo conhecimento sobre as leis e políticas patrimoniais no CHSL, que pude identificar quando estes citavam nomes de donos de casarões, políticas de habitação e reformas ocorridas nos prédios e praças, e as figuras políticas envolvidas nesses projetos. Dessa forma, entendo que esses desencontros não eram motivados por uma suposta falta de compreensão dos moradores sobre as práticas do Estado, pois estes percebem a presença do Estado nos seus espaços, mas pareciam evidenciar esses desencontros como forma de denúncia de um Estado seletivo. Assim o “abandono” acusado por esses “moradores”, parecia revelar um Estado que dificulta

a permanência deles nos seus espaços de pertencimento, negando a importância que esse “patrimônio vivo” tem para preservação do patrimônio material.

4.3. A fala do crime

Iniciei essa pesquisa com a pretensão de estudar crime no CHSL porque as narrativas do crime eram constantes nas minhas conversas com “moradores” do Centro Histórico sem que eu ao menos mencionasse o tema, mas assim como Caldeira (2000) percebi que meus interlocutores se esforçavam em utilizar a fala do crime para reorganizar simbolicamente o seu espaço na tentativa de eliminar ambiguidades:

A fala do crime [...] é contagiante [...] é também fragmentada e repetitiva [...] É nesses intercâmbios verbais do dia a dia que as opiniões são formadas e as percepções moldadas, isto é, a fala do crime não só é expressiva como também produtiva. [...] As narrativas de crime são um tipo específico de narrativa que engendram um tipo específico de conhecimento. Elas tentam estabelecer ordem num universo que parece ter perdido o sentido. Em meio aos sentimentos caóticos associados à difusão da violência no espaço da cidade, essas narrativas representam esforços de reestabelecer ordem e significado. Ao contrário da experiência do crime, que rompe o significado e desorganiza o mundo, a fala do crime simbolicamente o reorganiza ao tentar restabelecer um quadro estático do mundo. Essa reorganização simbólica é expressa em termos muito simplistas, que se apoiam na elaboração de pares de oposição óbvios oferecidos pelo universo do crime, o mais comum deles sendo o do bem contra o mal. A exemplo de outras práticas cotidianas para lidar com a violência [...], as histórias de crime tentam criar um mapa estável para um mundo que foi abalado. Essas narrativas e práticas impõem separações, constroem muros, delineiam e encerram espaços, estabelecem distâncias, segregam, diferenciam, impõem proibições, multiplicam regras de exclusão e de evitação, e restringem movimentos. Em resumo, elas simplificam e encerram o mundo. As narrativas de crime elaboram preconceitos e tentam eliminar ambiguidades. (p. 27-28)

Diante disso, as narrativas dos meus interlocutores sobre o crime eram constantemente ambíguas, já que, ao mesmo tempo em que denunciavam a violência e o crime no CHSL, afirmavam que o lugar é tranquilo como nenhum outro bairro da cidade. Por outro lado, relembro duas situações citadas no decorrer deste trabalho: a primeira é a inscrição “Proibido Roubar na Quebrada” *pixada* na parede de uma das ruas; e a outra é o assalto que sofri em dado momento, no qual me devolveram o celular quando descobriram que eu era da *área*.

Em todas essas situações o pertencer ao espaço parecia ser posição essencial da justificativa do crime, a inscrição “Proibido Roubar na Quebrada” sugere a existência de uma

proteção privada dentro de um espaço delimitado: A Quebrada. Nesse espaço quem pertence à *área* não deve ser “roubado”, sujeito a consequências.

Sob outra perspectiva, também, meus interlocutores afirmam que a presença da criminalidade no CHSL está comumente relacionada aos jovens, que estão cada vez mais ociosos, e às pessoas “de fora”. Aludindo à fala da moradora Sâmia que explica: “quem tá bagunçando o Centro Histórico é quem tá vindo de fora pra cá”.

Neste sentido, a separação entre os “de dentro” e os “de fora” não surge necessariamente com o intuito de denunciar ou expulsar aqueles que são considerados “de fora”, já que, muitas vezes, os “de fora” são considerados “de dentro” e vice-versa. Essa separação parece ter a intenção de denunciar as consequências do “abandono” do poder público e legitimar a importância da permanência daqueles que se consideram “de dentro”.

O Centro Histórico, ou o poder público abre os olhos, ou daqui a pouco ninguém vai andar mais aqui. [...] A galera vem, usufrui, mas não deixa nenhuma contribuição pra gente... [...] O Centro Histórico tem aquele fetiche, aquela coisa de liberação, tudo pode... É porque aqui não tem segurança, não tem nada, é liberado... (Sâmia, Fevereiro de 2018)

A narrativa ambígua surge de acordo com a mesma intenção de legitimar a importância da permanência daqueles que se consideram “patrimônio vivo” do lugar, mas nessa situação o resgate do passado é parte essencial do discurso desses “moradores”, pois em uma mesma conversa eles conseguem me convencer de que o CHSL tem se tornado cada vez mais violento, ao mesmo tempo em que me convencem de que o CHSL é o espaço mais tranquilo da cidade.

A narrativa do passado parece comprovar o pertencimento da pessoa com o espaço e lembrar o *glamour* do lugar no passado que confere importância para o lugar no presente. Assim, se o “morador” integrou esse passado, ele também é parte importante do presente. Nessa perspectiva, o sentimento diante do crescimento da cidade e o “abandono” do CHSL por parte dos antigos “nobres” moradores e do poder público torna necessária a lembrança do passado em contraposição ao presente e, também, a justificativa da importância da preservação do morador para preservação do arquitetura e, portanto, da história.

Em conversa com a moradora Sâmia, ela sugere a existência de várias “etapas” do Centro Histórico, sendo as “etapas” mais antigas sempre propostas como as mais *glamurosas*

- “Eu consegui resistir a todas as etapas do Centro.... Eu acompanhei Faustina⁵⁵ que era minha amiga... Eu com 18 anos, Nauro⁵⁶ era meu amigo, Nauro era meu parceirão...” -, a noção da existência dessas etapas separadas num espaço-tempo esteve presente em todas as minhas conversas, sob o discurso não só dos mais antigos “moradores” do CHSL, mas também nos dos “moradores” mais jovens que não tinham idade para ter vivido as etapas consideradas mais *glamurosas*.

Seu Souza deixa bem claro em sua extensa contação de histórias, as quais, segundo ele, não se pode ler em livros⁵⁷, que o *glamour* do Centro Histórico fez parte da sua infância, e lembra que com o crescimento da cidade o CHSL foi “abandonado”. O morador afirma que o CHSL sofre hoje com a “ausência extrema do poder público” que contribui para a falta de serviços básicos, problemas de moradia e principalmente de segurança, pois sem moradores e serviços contínuos, a “galera de fora” vem “invadir” os espaços abandonados. Aqui a fala do crime aparece em contraposição às memórias como forma de denunciar o “abandono” do poder público quanto à permanência desses “moradores” no seu lugar de pertencimento.

Em contrapartida à recorrente fala do crime, os “moradores” propõe a narrativa de uma tranquilidade, também muito frequente, que apresenta o CHSL como um dos únicos lugares da cidade que conserva a tranquilidade em oposição à agitação característica das grandes cidades.

Ronaldo é o morador mais jovem que tive a oportunidade de acompanhar e, ainda assim, a historicidade do lugar em sua narrativa, aparece como importante fundamento para a tranquilidade - “Eu nasci aqui, pô!”; “Aqui todo mundo me conhece...”; “Aqui é tranquilo, ninguém mexe comigo”.

Para Seu Riba, o morador mais vivido com quem conversei, o discurso de tranquilidade é o mesmo, pois ao mesmo passo que relembra sua infância e suas histórias em meio ao CHSL, o antigo morador sugere que apesar das várias transformações que o lugar sofreu, o modo de vida dos “moradores” permanece, tornando as relações de vizinhança próximas e seguras, permitindo que seja possível sentar-se na frente de casa para conversar ou deixar a porta de casa aberta para a luz do sol entrar. Nesse contexto, o espaço público

⁵⁵ Faustina Matilde Pereira era conhecida como a Dama da Praia Grande, dona do Bar da Gorda, hoje Bar da Faustina, que recebia grandes boêmios e artistas da cidade. Dona Faustina morava em cima de seu bar que hoje abriga vários moradores e é considerada uma personagem importante na história do Centro Histórico, morreu aos 62 anos em 2008.

⁵⁶ Nauro Diniz Machado foi um poeta maranhense renomado, morreu aos 80 anos em 2015.

⁵⁷ Seu Souza faz uma crítica à história considerada oficial disposta em livros, considerando as histórias de suas memórias mais reais e também importantes.

também é parte de sua vida privada, já que ser “morador” está para além do espaço físico da casa, o que, para eles, é quase impossível de se observar em outros espaços da cidade, razão pela qual a sua permanência enquanto morador deste espaço é de suma importância, conservando um modo de vida raro na cidade de São Luís.

A narrativa do crime e a narrativa da tranquilidade surgem simultaneamente criando, a princípio, um paradoxo de difícil compreensão, no entanto, ordena-se na medida em que se identifica o impacto dos problemas de moradia popular no CHSL no modo de vida desses “moradores”.

Nesse segmento, a narrativa da tranquilidade aciona a importância da permanência dos “de dentro” para conservação de um Patrimônio da Humanidade, enquanto conjunto arquitetônico e modo de vida; enquanto a narrativa do crime surge como denúncia das consequências da falta de políticas públicas para os “de dentro”, visto que se o poder público não confere importância para aqueles que constroem o CHSL, os “de fora” reproduzem esse “abandono” em forma de criminalidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluir um trabalho talvez seja a parte mais difícil da construção de uma pesquisa científica, pois sempre queremos aprimorá-lo o máximo possível para que ele se mostre único e completo, mas os prazos nos pressionam a compreender a necessidade de finalizar mais um ciclo, para depois pensarmos em outros desdobramentos e outras oportunidades. Esta monografia, assim como qualquer outra pesquisa, não se restringe a essas páginas, poderá ser aprofundada e aprimorada quando possível, o conhecimento está em constante construção. Desta forma, pretendo pontuar no espaço de conclusão desta etapa, os elementos deste trabalho que contribuíram para pensar sobre os modos de vida daqueles que pude acompanhar durante meu campo.

Em primeiro momento, busquei apresentar ao leitor um resgate histórico sobre os processos de urbanização que transformaram os modos de vida nos grandes centros ao redor do mundo propondo novos ideais de cidade, em que a noção de habitação se modifica, principalmente nos centros dessas cidades que tendem a sofrer processos de descentralização que acompanha a sua expansão territorial. Dessa forma, pretendi fazer um paralelo dos processos de urbanização no Brasil com os processos de expansão da cidade de São Luís a partir da década de 1970 em que o Centro Histórico da cidade sofre transformações arquitetônicas, econômicas e sociais.

Pretendi retomar as discussões históricas sobre os processos de expansão e das transformações das noções de cidade no cenário da cidade de São Luís, em razão de aproximar o leitor das narrativas dos meus interlocutores que remontam esses acontecimentos. Uma vez que, esses processos se mostram de grande impacto na permanência dessas pessoas em seus espaços de moradia e nas formas de sociabilidade existentes nesses espaços.

Dessa forma, a noção de “habitar” para essas pessoas é central nesta discussão, uma vez que ser “morador” não sugere necessariamente a existência física da casa, em contrapartida, propõe que o “morador” participa da construção desse espaço, dotado de um “sentimento de pertença”, em que suas memórias também são coletivas. Nessa lógica, assim como o sentido de “habitar” não está necessariamente ligado a ideia de casa, as “narrativas de permanência” argumentam em favor de uma política de moradia popular no CHSL não apenas para assegurar o lugar da casa, mas para permanência de um modo de vida, pois somente a permanência física dessas pessoas, poderá preservar o Patrimônio Vivo e, por conseguinte o Patrimônio Cultural e Arquitetônico, descartando o investimento turístico como prioritário.

Para meus interlocutores, o CHSL abriga uma espécie cotidiana própria que se contrapõe ao restante da cidade, a tranquilidade e a relação próxima de vizinhança são elementos importantes, que parecem ser recusados pelos novos ideais de cidade. Esses embates trazem sentimentos de amor e ódio pelos moradores desse espaço sobre o mesmo. De um lado um esforço da vida social moderna de presentificação desse espaço que parecem provocar sentimentos de abandono e medo, de outro, moradores antigos que percebem as modificações sociais do lugar e recusam as novas formas de habitar e a insistência dessa presentificação, criando um bum de sentimentos que perpassam o medo, o ódio do novo e o amor pela memória social do lugar. Conhecer essas narrativas contribui para desconstrução da ideia de um Centro Histórico pouco habitado e repleto de criminalidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AHLERT, Martina (Cord.). Sentidos e Práticas do ‘Habitar’ no Centro Histórico de São Luís (Maranhão). Relatório (Não Publicado). São Luís: FAPEMA, 2017.

ANDRÈS, Luiz Phelipe de Carvalho Castro, 1949 – São Luís – **Reabilitação do Centro Histórico** – Patrimônio da Humanidade. São Luís, 2012.

ANDRÈS, Luiz Phelipe de Carvalho Castro. **Reabilitação do centro histórico de São Luís: análise crítica do Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís/PPRCHSL**, sob o enfoque da conservação urbana integrada. 2006. Dissertação (Mestrado em desenvolvimento urbano) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco.

BOURDIEU, Pierre. Compreender. In: **A Miséria do Mundo**. Petrópolis: Vozes, 1997.

BRASIL. ESTATUTO DA CIDADE. **Guia para implementação pelos municípios e cidades**. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2002.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de Muros: Crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Editora 34/Edusp, 2000.

CARDOSO, Paula Paoliello. **A reabilitação de edifícios para uso residencial multifamiliar no centro histórico de São Luís/MA**. Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2012. Dissertação (Mestrado) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, Rio de Janeiro, 2012.

CHAVES, César Roberto Castro. **Educação Patrimonial no Bairro do Desterro: estudos sobre os projetos de patrimonialização no Centro Histórico de São Luís - MA**. 2012. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação Cultura e Sociedade, Universidade Federal do Maranhão.

CORDEIRO, Alex Sandro Lopes. **Pessoas em Movimento: considerações sobre moradores de rua em São Luís (Maranhão)**. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Maranhão.

ENGELS, Friedrich. “As Grandes Cidades”. In: **A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 67 - 116.

FAPEMA. **Habitar para Preservar o Centro Histórico de São Luís, 2018.** Evento (Não Publicado). São Luís: FAPEMA, 2018.

FERREIRA, Márcia Milena Galdez. **“Tudo é Desterro”?: construção e desconstrução de regiões no Centro Histórico de São Luís/ Márcia Milena Galdez Ferreira.** – São Luís, 2005.

FERREIRA, Marcia Milena Galdez . **Quando a história acaba e a memória fica:uma etnografia do centro histórico de São Luís.** Sao Luís: Café e Lápis Editora/ EdUEMA, 2012. v. 1. 144p .

FONSECA, Claudia. Quando cada caso não é um caso. In: **Revista Brasileira de Educação**, n.10, p. 58-78, 1999.

FRÚGOLI, Heitor. O Urbano em Questão na Antropologia: interfaces com a sociologia. **Revista de Antropologia.** São Paulo, USP, V. 48, N°1, set, 2005.

INGOLD, Tim. Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v.18, n.37, p.25-44, Junho 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832012000100002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em Agosto de 2018.

JACOBS, Jane. **Morte e Vida de Grandes Cidades.** Tradução: Carlos S. Mendes Rosa. 3ª Ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro . **Etnografias Urbanas sobre pertença e medo na cidade.** Estudos em Antropologia das Emoções. 1ª. ed. Recife; João Pessoa: Bagaço; Edições do GREM, 2017. 336p

LACROIX, Maria de Lourdes Lauande. **A Fundação Francesa de São Luís e Seus Mitos.** 3. ed. São Luís: Editora UEMA, 2008.

LE CORBUSIER. **Planejamento Urbano.** 2ª. Ed. São Paulo: Perspectiva, 1971. 200 p. (Coleção Debates: Urbanismo).

MAGNANI, José Guilherme Cantor. De Perto e De Dentro: Notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais.** V. 17, N° 49, 2002.

PAES, M. T. D. **Gentrificação, preservação patrimonial e turismo: os novos sentidos da paisagem urbana na renovação das cidades.** Geosp – Espaço e Tempo (Online), v. 21, n. 3, p. 667-684, dez. 2017. ISSN 2179-0892.

PEIRANO, Mariza. Etnografia não é método. In: **Revista Horizontes Antropológicos**, ano20, n. 42, p. 377-391, julho/dezembro 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS. **Desterro: um bairro além dos mapas.** São Luís: QG Editora, 2005.

REIS, José de Ribamar Sousa dos. **ZBM: o reino encantado da boêmia.** São Luís: Lithograf, 2002.

SÃO LUÍS. Prefeitura Municipal. Instituto da Cidade, Pesquisa e Planejamento Urbano e Rural. **Subsídios para os indicadores socioeconômicos do centro antigo.** São Luís, s.d.

SILVA, Creudecy Costa da. **Nos Labirintos do Patrimônio:** Representações sobre o bairro do Desterro. 2005. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Maranhão.

SILVA E SILVA, Maria Ozanira da. **Política Habitacional Brasileira: Verso e Reverso.** São Paulo: Cortez, 1989

UNESCO. **Proposta de Inclusão do Centro Histórico de São Luís na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO, 1997.** Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/34>>. Acesso em maio de 2018.

VELHO, Gilberto. **Observando o familiar.** In: NUNES, E. de O. (Org.). *A aventura sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social.* Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

VELHO, Gilberto. **Antropologia Urbana: Interdisciplinaridade e fronteiras do conhecimento,** Mana, n.17, v.1, p:161-185, 2011.

APÊNDICE - Carta aberta elaborada pelo grupo “Habitar para Preservar o Centro Histórico de São Luís”:

**Carta Aberta ao poder público sobre Habitação Social no
Centro Histórico de São Luís do Maranhão**

Nós, moradores, líderes comunitários, artistas, professores, estudantes, intelectuais e demais defensores da causa do Direito à Moradia, vimos por meio deste externar aos representantes do poder público das esferas federal, estadual, municipal e sociedade em geral, nosso posicionamento em relação à urgente necessidade de uma política pública de efetivação da habitação no centro histórico da cidade de São Luís, Maranhão.

A partir da realização do Seminário “Habitar para Preservar”, ocorrido em maio de 2018 na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual do Maranhão, com o apoio da Fapema, foram retomadas diversas discussões e problemáticas referentes à habitação e à preservação do centro histórico da cidade de São Luís. Esse evento contou com a forte participação da comunidade local e a presença de renomados pesquisadores, referências acadêmicas nacionais do tema patrimônio e moradia, como Nabil Bonduki (USP), Carlos Vainer (UFRJ), Leonardo Castriota da UFMG e presidente do Conselho Internacional de Sítios e Monumentos Históricos (ICOMOS), a Defensora Pública Maria Lúcia Pontes (Rio de Janeiro). Os participantes apontaram, durante todo o evento, a necessidade de políticas de preservação aliadas ao turismo e à moradia, de forma a estimular o repovoamento do centro, retomando o papel de um bairro importante na dinâmica da capital maranhense. Os debates geraram um grande interesse no meio acadêmico local, contribuindo também para a mobilização de movimentos sociais que lutam pela moradia no centro.

O Evento “Habitar para Preservar” coincidiu com um momento nacional de diversas ocupações em prol da moradia digna. Em São Luís, muitas ocupações se organizam para que seja efetivado o direito à moradia; outras se organizam em coletivos culturais, que levam cultura e arte para as comunidades de centro histórico e turistas que visitam nosso patrimônio histórico.

Um levantamento organizado pelo “Movimento Habitar”, que estuda os problemas da habitação no centro histórico, registrou recentemente mais de dez ocupações de moradia. A única que até o momento tem sido assistida pelo poder público é a “Ocupação Maria Aragão”, situada na Avenida Magalhães de Almeida, nº 67. Para esta, o Governo do Estado, por meio da Secretaria de Cidades e Desenvolvimento Regional, está elaborando um

projeto de moradia destinado a 13 famílias que esperam há anos pelos planos de habitação social do Centro Histórico de São Luís.

Há muitos anos são feitas tentativas de realização de políticas públicas que estimulam a habitação em áreas centrais, mas que não tiveram êxito no país. As políticas habitacionais sempre priorizaram projetos de expansão urbana e os interesses dos grandes agentes imobiliários. A alegação de que custa caro produzir habitação social nos centros cai por terra, sobretudo quando se considera que, numa atuação desse tipo, existe, de fato, uma integração de políticas públicas (habitacional, cultural, social, econômica, de turismo etc.) que trazem benefícios múltiplos.

A professora Raquel Rolnik comentou recentemente que São Luís reúne as melhores condições para realizar um programa de moradia no centro histórico, o qual pode se tornar uma referência nacional. O grande número de imóveis vagos e arruinados (nas áreas de tombamento federal e estadual), muitos dos quais públicos, representa uma ótima e rara oportunidade para a realização de um programa de habitação, concretizado por um plano socialmente justo, elaborado de forma participativa, onde experiências inovadoras poderão ser colocadas em prática (cooperativas habitacionais de autogestão, como as do Uruguai, por exemplo). Raquel Rolnik também comentou sobre a necessidade de produção de habitação para a classe média (no antigo Hotel Central e outros imóveis vizinhos), com vistas à diversidade socioeconômica tão saudável nas cidades.

Por tudo isso, temos certeza que é urgente e necessária uma integração forte entre os governos federal, estadual e municipal, pois juntos torna-se possível implementar um programa de habitação no centro antigo de São Luís. Essa união de esforços, no planejamento, na gestão e na busca de otimizaçãodos recursos financeiros, provenientes de fontes distintas, como empréstimos internacionais inclusive, favorece a concretização de um programa sério de moradia. Tudo isso com a participação comunitária, ampla e democrática.

Carta elaborada por moradores, líderes comunitários, artistas, professores, estudantes, intelectuais, e demais defensores da causa do Direito à Moradia e formadores do grupo “Habitar para Preservar o Centro Histórico de São Luís”